



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA- PPGPSI/UFAM**

SINTHIA CONSTANCIA MAR DA CUNHA

**ENTRE SÍSIFO E FÊNIX: TRAJETÓRIAS (IM)POSSÍVEIS A PARTIR
DO (NÃO)DIÁLOGO ENTRE A ASSISTÊNCIA E A EDUCAÇÃO
SUPERIOR**

**MANAUS
2021**

SÍNTHIA CONSTANCIA MAR DA CUNHA

**ENTRE SÍSIFO E FÊNIX: TRAJETÓRIAS (IM)POSSÍVEIS A PARTIR
DO (NÃO)DIÁLOGO ENTRE A ASSISTÊNCIA E A EDUCAÇÃO
SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para o título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio.

**MANAUS
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C972e Cunha, Sinthia Constancia Mar da
Entre Sísifo e Fênix: trajetórias (im)possíveis a partir do (não) diálogo entre a assistência e a educação superior / Sinthia Constancia Mar da Cunha . 2021
89 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Claudia Regina Brandão Sampaio
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicossociais) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Assistência Estudantil. 2. Assistência Social. 3. Calamidade. 4. Jovens universitários. I. Sampaio, Claudia Regina Brandão. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

*Dedico a Manoel Joaquim Coelho Mar, o homem
a quem tive a honra de chamar de Pai.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, o Senhor de todas as coisas e fonte de toda a sabedoria. A esse Deus que conheço na pessoa de Jesus Cristo, a Ele minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus Pais, Manoel Joaquim Coelho Mar e Onete Araújo Constância, pois, foram eles que plantaram em meu coração o desejo pela busca do conhecimento. Se hoje colho alguns frutos, foram eles que plantaram.

Agradeço ao meu esposo Carlos Henrique da Cunha e aos meus filhos, Alexandre Levi Mar da Cunha e Alícia Mar da Cunha. É por eles que tenho perseverado nessa existência e é por eles que procuro avançar na busca por mais conhecimento.

Agradeço aos meus irmãos Simone e Netto, em especial a minha irmã, que tem exercido para mim, uma forte rede de apoio, cumprindo quase que uma maternidade junto a seus sobrinhos.

Agradeço a minha orientadora Prof^ª Dr^ª. Claudia Sampaio, que foi muito mais que uma orientadora, foi amiga, foi tutora de resiliência e principalmente foi humana. Sorte grande de quem pode conviver a seu lado e um grande privilégio eu tive de aprender com você.

Agradeço a UFAM e ao PPGPSI por nesse momento tão delicado em que vive o mundo, foi possível encontrarmos compreensão e apoio quanto aos prazos que foram ajustados.

Agradeço especialmente à Clara, ao João Leon e à Rebeca Guedes, estagiários do LABINS, e à toda a turma 2 do Estágio Básico II, 2020/1. A participação de vocês foi de fundamental importância. Tive os melhores assistentes de pesquisa que uma mestrandia poderia ter!

Agradeço a minha amiga Cassandra, grande incentivadora, que me fez embarcar nessa jornada. Foram muitas as dificuldades, entramos juntas, sairemos juntas e ninguém solta a mão de ninguém!

Agradeço as amigas construídas nessa caminhada de PPGPSI, especialmente as colegas Elayne, Thatyanne, Cyntia e novamente Cassandra, o famoso quinteto Psi fantástico. A caminhada foi mais leve ao lado de vocês.

Agradeço a SEMASC, em especial ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências-SPSCPE, local onde pude aprender e onde fui muito bem acolhida. O SPSCPE foi um marco na minha trajetória profissional e onde pude me inspirar para escrever essa dissertação.

Agradeço as colegas profissionais (a quem posso contar como amigas) do SPSCPE, Délia, Irvana, Jakeline, kátia e Márcia, levo vocês no meu coração. Irvana minha amiga, se não fosse por você eu não teria conseguido assistir as aulas no primeiro semestre, você quebrou cada galho, minha eterna gratidão.

Finalmente agradeço à *Maria** e à *Juliana**. Foi um privilégio sem tamanho poder tornar as trajetórias de vocês conhecidas. A vocês o meu Muito Obrigada!

* Nomes escolhidos pelas participantes do estudo para representá-las na escrita da dissertação, ainda que não se opusessem – e até desejassem – manter seus nomes reais na apresentação deste trabalho.

RESUMO

As trajetórias de escolarização de jovens de camadas populares são perpassadas por uma teia dinâmica e complexa de vulnerabilidades sociais. Ainda que as taxas de escolarização pareçam favoráveis nos últimos anos, ainda temos um quadro onde uma pequena parcela da população do país tem acesso ao ensino superior. Políticas afirmativas permitiram acesso a alguns seguimentos da população, em que um dos objetivos das políticas estudantis é impedir que vulnerabilidades sociais obstaculizem a fruição do direito à educação. Frente ao exposto, a presente pesquisa teve como Problema a seguinte questão: Quais as implicações da vivência de desastres, calamidades e emergências nas trajetórias de escolarização de jovens universitários atendidos pela Assistência Social do município de Manaus? Como Objetivo Geral a pesquisa pretendeu: Conhecer como as/os estudantes amazônidas atendidos pela assistência social por vivenciarem histórias de desastres, calamidades e emergências significam a sua trajetória de escolarização, em especial no ensino superior, e o quanto o equipamento assistencial atua na mediação das demandas deste público. Teve como Objetivos específicos: Levantar dados referentes à escolarização dos usuários atendidos pelo Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e Emergências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania-SEMASC nos anos de 2018 e 2019, com destaque aos jovens que alcançaram a formação superior e; Conhecer as adversidades e estratégias de superação nas trajetórias de escolarização de jovens cujas histórias de vida foram impactadas por Desastres, Calamidades e Emergências, identificando espaços de participação dos mesmos, bem como os elementos que promoveram ou impediram a permanência na universidade. Como percurso metodológico optou-se por uma investigação de abordagem qualitativa multimétodos: utilizando-se como técnicas de coleta de dados: a Pesquisa Documental e a Entrevista de Narrativas de Histórias de Vida. As participantes da pesquisa são duas jovens cursando o nível superior na cidade de Manaus, ambas cadastradas no atendimento do Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e Emergências da SEMASC. Os resultados apontam que as políticas assistenciais pouco dialogam com as políticas educacionais, a despeito da condicionalidade entre os benefícios no que tange à assistência e à educação básica. No âmbito dos Serviços de Alta Complexidade, o diálogo praticamente inexistente, sendo a prática dos serviços um fator que contribui para a invisibilidade de jovens cujas trajetórias revelam as difíceis lutas para a conquista da formação em nível superior. Alguns indicadores remetem à urgência no repensar as políticas de ensino superior, principalmente quanto a permanência de jovens beneficiários nos Cursos Superiores. A Psicologia tem grande potencial para contribuir, desde aspectos relativos à constituição do sujeito, da dialética inclusão/exclusão, do não reconhecimento, da invisibilidade e dos sofrimentos impostos a jovens aos quais é dificultada a formação em nível superior, mesmo quando supostamente atendidos por políticas de democratização ao acesso e permanência. A assistência estudantil se faz necessária em instituições privadas de ensino, sobretudo por serem as que recebem alunos do Programa Bolsa Universitária. Conclui-se que é necessário discutir amplamente a desigualdade no acesso ao ensino superior, questão não superada, e, com grande urgência, discutir a desigualdade na permanência no ensino superior, impondo condições aviltantes a quem, em tese, estaria acolhido por políticas de sucesso.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Assistência Social; Calamidade; Jovens Universitários; Calamidade.

ABSTRACT

The educational trajectories of young people from lower classes are permeated by a dynamic and complex web of social vulnerabilities. Even though enrollment rates in recent years appear favorable, we still have a situation where only a small proportion of the country's population has access to higher education. Affirmative policies allowed some segments of the population access, in which one of the objectives of student policies is to prevent social vulnerabilities from hindering the enjoyment of the right to education. Given this, the research took as its problem the following question: What are the implications of the experience of disasters, calamities and emergencies on the educational trajectories of young university students receiving Social Assistance in Manaus? As a General Objective, the research intended to: know how those Amazonian students supported by social assistance for experiencing of disasters, calamities and emergencies make sense of their educational trajectory, especially in higher education, and how much the assistance system acts in the mediation of demands of this audience. The specific objectives were to: collect data on the education of those users assisted by the Social Protection Service in Situations of Public Disasters, Calamities and Emergencies of the Municipal Secretariat for Social Assistance and Citizenship (SEMASC) in 2018 and 2019, with emphasis on young people who completed higher education; and to know the adversities and coping strategies of young people's educational trajectories whose life stories were impacted by Disasters, Calamities and Emergencies, and identify spaces for their participation, as well as the elements that enabled, or prevented, them from staying at university. Methodologically, we chose an investigation with a multi-method qualitative approach. Documentary Research and Life Story Narrative Interviews were used as data collection techniques. The research participants are two young women in higher education in Manaus, both registered with the SEMASC Social Protection Service in Situations of Public Disasters, Calamities and Emergencies. The results show that there is little dialogue between assistance policies and educational policies, despite the conditionality between benefits in terms of assistance and basic education. In the context of High Complexity Services, dialogue is practically non-existent, and the practice of services is a factor that contributes to the invisibility of young people whose trajectories reveal the difficult struggles to achieve higher education. Some indicators point to the urgency of rethinking higher education policies, especially regarding young recipients' completion of higher education courses. Psychology has great potential to contribute, from aspects related to the constitution of the subject; the inclusion/exclusion dialectic; non-recognition; invisibility and the sufferings imposed on young people who face difficulties to study at a higher level, even when supposedly supported by policies of democratization to access and completion. Student assistance is necessary in private educational institutions, especially because they receive students from the University Scholarship Program. It is concluded that it is necessary to broadly discuss the inequality in access to higher education, an issue that has not been overcome, and, with great urgency, to discuss the inequality in completion of higher education, imposing demeaning conditions on those who, in theory, would be supported by successful policies.

Keywords: Student assistance; social assistance; disaster; young university students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1. Organização dos serviços socioassistenciais da Assistência Social	28
TABELA 1. Perfil Geral de Escolaridade de pessoas vinculadas a benefícios nos anos 2018 e 2019 do Serviço de Calamidade (SEMASC)	36
TABELA 2. Jovens universitários inseridos nos programas/benefícios do setor de calamidade 2018 e 2019 (SEMASC)	37
FIGURA 1. Distância de Grande Vitória à Armando Mendes, Manaus	52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAPED	Associação Brasileira de Psicologia de Emergências e Desastres
AM	Amazonas
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CFP	Conselho Federal de Psicologia
COVID-19	Novo Coronavírus
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONASS	Conselho Nacional de Secretários da Saúde
CONPDEC	Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
EaD	Ensino a Distância
ESPI	Escola de Serviço Público
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LA	Liberdade Assistida
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PPGPSI	Pós-Graduação em Psicologia
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PROCAD	Projeto de Cooperação Acadêmica
NOB	Norma Operacional Básica
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
SAICA	Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
SEMASC	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SPSCPE	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MÉTODO	20
2.1 LOCAL	21
2.2 PARTICIPANTES	22
2.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA PRODUÇÃO DE DADOS	24
2.4 ANÁLISE	25
3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NA "RODA DE CONVERSA": O (NÃO)DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E COM A JUVENTUDE	27
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	27
3.2 A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MANAUS.....	28
3.2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESASTRES E EDUCAÇÃO: REFLEXOS DA INVISIBILIDADE	29
3.2.2 Colocando a psicologia das emergências e desastres em xeque	33
3.2.3 Os invisíveis no âmbito da Assistência: universitários que se debatem em movimentos de resistência para existir	35
3.2.4 Lei nº 13.935 de 2019: Uma esperança em meio aos desmontes das Políticas Públicas.....	38
4 MARIA DE SÍSIFO	39
4.1 O MITO	39
4.2 PRIMEIRAS PALAVRAS: O INÍCIO DA MONTANHA	41
4.2.1 A subida ao topo da Montanha e o peso da pedra: O acesso e a permanência na Universidade	43
4.3 “COMO JOSÉ DO EGITO”: MOVIDA POR SONHOS	48
4.4 AFINAL, QUEM É SÍSIFO?	57
5 JULIANA, A FÊNIX	60
5.1 PRIMEIRAS PALAVRAS: O MITO	61
5.2 O VOO DA FÊNIX	62
5.2.1 Renascendo das Cinzas: o “fogo” transformador	63
5.2.2 Carregando o mundo debaixo das asas	65
5.3 A PANDEMIA: UM REFÚGIO NO MEIO DO CAOS	70

5.4 SONHANDO COM VOOS MAIS LONGOS	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERENCIAS	77
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA	81
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	82
ANEXO A – PARECER CEP	84

1. INTRODUÇÃO

As trajetórias de escolarização de jovens de camadas populares são perpassadas por uma teia dinâmica e complexa de vulnerabilidades sociais. Nas últimas décadas, fenômenos relacionados a transformações no contexto social, político e educacional - entre eles, o prolongamento da escolaridade e a elevação das taxas de desemprego, especialmente entre os jovens -, vêm fornecendo indicadores importantes para problematizar o que tem sido chamado de longevidade escolar, casos "atípicos" ou "trajetórias excepcionais" nos meios populares (ZAGO, 2006). Os trabalhos que versam sobre histórias de sucesso escolar ou sobre trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares no Brasil são menos frequentes, quando comparados à produção científica sobre o fracasso escolar nos meios populares.

Compreender os movimentos de transformação em sua totalidade inclui empreender um movimento dialético, onde as contradições são ressaltadas de modo a tornar explícitos os mecanismos que se ocultam nos modos de reprodução social da desigualdade. Assim, empreender um olhar profundo sobre trajetórias de escolarização incomuns, sobretudo quando tais são apontadas como exemplo de sucesso das políticas públicas, torna-se um exercício imprescindível para adentrar camadas complexas no terreno da superação em trajetórias ditas bem-sucedidas. Tal empreendimento consiste tanto em uma inovação quanto em um desafio face aos discursos que ora identificam o fracasso escolar entre os mais empobrecidos, responsabilizando-os por isso, ora exaltam sucesso de políticas supostamente de democratização que não foram submetidas a um meticuloso olhar crítico em sua dimensão mais concreta: na trajetória daqueles a quem tais políticas se destinam.

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2018), a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,8%. A taxa de 2017 havia sido 7%, sendo que o número de pessoas de 15 anos ou mais que são analfabetos apresentou uma redução de aproximadamente 121 mil pessoas. A proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, manteve uma trajetória de crescimento e alcançou 47,4%, em 2018. Em especial, chama atenção para o percentual de pessoas com o ensino superior completo que passou de 15,7% em 2017 para 16,5% em 2018.

Ainda que as taxas de escolarização pareçam favoráveis nos últimos anos, a realidade é que ainda temos um quadro onde uma pequena parcela da população do país tem acesso ao ensino de nível superior. Com a efetivação das políticas afirmativas, avançou-se para uma

perspectiva mais democrática e acessível das universidades públicas: negros, mulheres, alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas, estudantes com renda per capita de até 1,5 salários-mínimos e que integram a primeira geração de suas famílias a entrar na universidade, tem estado mais presente. Foi atingido o patamar inédito de 70,2% de discentes com este perfil.

Sendo o Brasil marcado por profundas desigualdades sociais e educacionais, ser estudante universitário não faz parte da jornada formativa a qual a camada mais pobre da população alcança, já que os setores mais pobres e miseráveis nem mesmo chegam a concluir o Ensino Médio – requisito para acesso ao Ensino Superior. Este cenário foi evidenciado pela “V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior - 2018”, divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES. Estruturado em dados de 2018, o levantamento aponta que 26,61% dos alunos das instituições federais têm renda de até meio salário-mínimo, 26,93% de até um salário-mínimo, e 16,61% de até um salário e meio, totalizando 70,2%. Em 2014, quando foi feita a última pesquisa, eles eram 66,2%. Por estado, o Pará é onde há mais estudantes com esse perfil: 88%. Na outra ponta, está o Distrito Federal: 47,1%.

O relatório interessou-se por enfatizar o que se tem chamado de “estudantes vulneráveis”. O objetivo foi garantir que as políticas estudantis impeçam que vulnerabilidades sociais obstaculizem a fruição do direito à educação. São considerados vulneráveis, segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os

[...] indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Neste sentido, quando se fala em vulnerabilidades em termos gerais, interessa-se pela condição decorrente da pobreza e da privação (ausência de renda, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Partindo de uma percepção mais ampla dessas vulnerabilidades, a realidade desses jovens universitários circunscreve o perfil das famílias que necessitam da proteção social do

estado, e o dispositivo responsável por ofertar o suporte para que esse grupo populacional supere as adversidades/vulnerabilidades integra a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. A PNAS estabelece diretrizes que têm como objetivo a proteção de direitos dos indivíduos reforçando, entre outros aspectos, o reconhecimento da família, como explícito no artigo 226 da Constituição Federal de 1988, que afirma: “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi instituída em 2004 e implantou seu modelo de gestão, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005. A nova política parte da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, junto a outras políticas públicas, para garantia dos direitos de cidadania. Propõe superar o assistencialismo e organizar os serviços, visando as *seguranças básicas* de cidadania: sobrevivência (renda e autonomia); acolhida (inserção na rede de serviços e provisão das necessidades humanas); convívio familiar, comunitário e social; desenvolvimento da autonomia individual; e sobrevivência a riscos circunstanciais.

O SUAS propõe a sua intervenção a partir de duas grandes estruturas articuladas entre si: a Proteção Social Básica, que dá conta da atenção básica, e a Proteção Social Especial, considerando a necessidade de ações de média e alta complexidades. A proteção social básica é representada pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), alocados nas regiões com altos índices de vulnerabilidade social, e congrega programas e serviços voltados para a prevenção de violação de direitos e promoção social dos usuários, famílias e comunidades. A proteção social especial de média complexidade é representada pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que reúne serviços e programas destinados às pessoas que já tiveram seus direitos violados. Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade também é destinada às pessoas que sofreram algum tipo de violação de direitos, com o agravante de terem os vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos e que, por isso, necessitam de acolhimento institucional de curta ou longa permanência, ou ainda emergências, calamidades públicas e desastres (BRASIL, 2004, 2009).

Na Proteção Social de Alta Complexidade, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências (SPSCPE) promove apoio à população atingida em contextos de desastres, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Os desastres são um grande desafio para as Gestões Públicas e demais atores sociais. No entanto, é importante ressaltarmos que esses eventos mobilizam serviços públicos e iniciativas privadas e/ou complementares que devem atuar em conjunto na gestão integral do risco de desastres. Destaca-se a relevância, a competência e a

necessidade de as redes de serviços públicos estarem preparadas e organizadas para participarem ativamente das ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, em seus territórios, nas situações de calamidade pública, desastres e catástrofes. Para que isso aconteça, é necessário que os profissionais e as redes de serviço, especialmente, o SUS, SUAS, Segurança Pública, Educação, iniciativas privadas e complementares, entre outras, contribuam para um plano de contingência articulado intersetorialmente com o Sistema de Defesa Civil (CFP, 2016).

Acerca dos Desastres, importa refletirmos que nem sempre podemos denominá-los como “naturais”, ainda que os conceitos geográficos assim os expliquem, e parte deles corresponde a isso mesmo, em seu sentido literal. O fato é que os desastres se dão no plano social, em determinada sociedade/comunidade: não ocorrem em um vazio social, mas estão inseridos em contextos sociais existentes, e quando ocorrem geram comportamentos vinculados a esses contextos. Logo os desastres são sociais. Quando os desastres acontecem, vemos que na maioria das vezes, grupos em piores condições socioeconômicas estão entre os mais afetados, que já estavam sujeitos a riscos socioambientais. O desastre acaba sendo então a manifestação objetiva de degradações que já estavam naturalizadas na cena social. É uma crise aguda que já estava crônica (VALÊNCIO et al., 2009).

Segundo Santos, 2012 a Política de Assistência Social tem ficado à frente de todas as ações no pós- impacto, sendo a grande receptora das demandas originadas por desastres. Como exemplo, cito o ocorrido em 2008 a região do Vale do Itajaí em Santa Catarina. A região foi alvo de um grande desastre, envolvendo chuvas, enchentes e deslizamentos. O município de Blumenau-SC, entre outros municípios da região, sofreu perdas humanas e materiais de extrema gravidade. Grande parte dos afetados chegaram a ficar por quase três anos em abrigos improvisados por galpões, outras receberam auxílio- aluguel no valor de 400 reais, até serem contempladas com moradias do Minha Casa Minha Vida. O acompanhamento dessas famílias se deu sobretudo pela Secretaria de Assistência Social do município.

Em 2011, em decorrência de um elevadíssimo nível de chuvas na região serrana do Rio de Janeiro, uma série de deslizamentos e enxurradas destruiu casas nas regiões de encosta. Foram totalizadas aproximadamente 800 mortes. Muitas famílias ainda hoje aguardam para serem contempladas com moradias. Só na cidade de Petrópolis, 262 famílias ainda recebem o auxílio- aluguel no valor de quinhentos reais pagos pelo Estado (G1, 2021).

No dia 17 de dezembro de 2018, uma comunidade no bairro do Educandos na cidade de Manaus-AM, sofreu um incêndio de grandes proporções deixando desalojadas mais de 600 famílias. Atualmente essas famílias são acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC, onde recebem um valor de 300 reais de auxílio-aluguel, bem

como benefícios eventuais de cestas básicas e roupas. Destaca-se que essa mesma comunidade é afetada sazonalmente pela Cheia do Rio Negro, considerado desastre natural quando atinge a cota de 29 metros, quando, nessas circunstâncias, os bairros afetados são identificados pela Defesa Civil e seus moradores cadastrados pela SEMASC para receberem um auxílio no valor de 600 reais. Este valor é ofertado para que os usuários possam fazer marombas em suas casas, ou mesmo morarem de aluguel temporariamente.

Dessa forma podemos observar que à população afetada por desastres, é destinada assistência por parte do poder público, em especial pela Assistência Social, o que pode compreender longos anos de vinculação. Portanto, que era para ser eventual e temporário, deixa de ser. Uma das razões consiste na morosidade do Estado em responder as demandas destas situações. Vidas são impactadas e trajetórias são interrompidas, dentre elas, as de escolarização de jovens, interesse de estudo da presente proposta de pesquisa.

Tendo por base esse olhar que desloca o foco do acontecimento físico, que pauta a atuação somente na resposta imediata e não na prevenção e em outros desdobramentos a médio e longo prazo, e, também partindo de questionamentos críticos acerca da política das necessidades e não dos direitos dessas “excepcionalidades” que, de tanto se repetirem e fragilizarem indivíduos e grupos já vulneráveis, essa pesquisa partiu da **hipótese que a Assistência Social em situações de Calamidades Públicas e Emergências não tem dialogado com a Educação em contextos pós- desastres, em especial com a Educação Superior**. O pressuposto é que não apenas a prioridade, mas a totalidade das ações tem sido destinadas a dar conta minimamente das respostas urgentes, relegando aspectos cruciais da vida dos chamados beneficiários, como a educação.

Nesse âmbito, a proposta deste estudo visou contribuir para a compreensão dos aspectos que envolvem os processos de exclusão por parte da Assistência Social que tem invisibilizado a Educação como possibilidade de mudança e transformação em meio as adversidades. Assim sendo, constituiu-se como problema da pesquisa a seguinte questão: **Quais as implicações da vivência de desastres, calamidades e emergências nas trajetórias de escolarização de jovens universitários atendidos pela Assistência Social do município de Manaus-AM?**

Como **Objetivo Geral** a pesquisa buscou-se: Conhecer como as/os estudantes amazônidas atendidos pela assistência social por vivenciarem histórias de desastres, calamidades e emergências significam a sua trajetória de escolarização, em especial no ensino superior, e o quanto o equipamento assistencial atua na mediação das demandas deste público. Teve como **Objetivos específicos: Levantar** dados referentes à escolarização dos usuários atendidos pelo Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e

Emergências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania-SEMASC nos anos de 2018 e 2019, com destaque aos jovens que alcançaram a formação superior; **Conhecer** as adversidades e estratégias de superação nas trajetórias de escolarização de jovens cujas histórias de vida foram impactadas por Desastres, Calamidades e Emergências, identificando espaços de participação dos mesmos, bem como os elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade. O projeto inicialmente previa também identificar, partir das normas, diretrizes/políticas e protocolos dos serviços de Proteção Social, as possibilidades de articulação entre Assistência Social e trajetórias de escolarização nos serviços da Alta Complexidade. Este último objetivo específico foi retirado da proposta devido as necessidades de ajuste e viabilidade de execução da pesquisa mediante os desafios impostos pela Pandemia da COVID-19.

Esse estudo integra o Projeto “Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas”, o qual consiste em um Projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD) entre UFAM-UNB-UNIR, que tem como proposta majoritária “analisar como as/os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior, sua participação e protagonismo e o quanto a universidade responde as suas demandas, em narrativas e argumentações, a partir de sua inscrição sócio institucional” (PROCAD, 2018, p. 5)

Nesse sentido como **justificativa** temos que o estudo dos aspectos históricos da luta por direitos, das demandas e inquietações dos jovens estudantes do ensino superior, dos desafios colocados na contemporaneidade ao acesso, permanência e conclusão com sucesso dos cursos de graduação é imprescindível à produção de conhecimentos que colaborem e avancem na promoção de uma educação para todos. Considerando ainda, que a psicologia enquanto campo de conhecimento pode produzir subsídios para a construção de políticas educacionais inclusivas que considerem as dimensões socioculturais e o reconhecimento das culturas e formas de viver em comunidades tradicionais da Região Amazônica/Norte investiu-se nesta proposta de trabalho, a fim de compreender como os estudantes amazônicos em contextos de desastres significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior.

Destaco ainda que o interesse por essa temática dialoga com minha trajetória profissional de atuação como Psicóloga em serviços da Alta Complexidade da Assistência Social do município de Manaus-AM. A emergência e o inesperado sempre fizeram parte do meu cotidiano, e mesmo vivenciando uma sobrecarga de demandas muito cedo percebi o quanto faz diferença quando se desenvolve um trabalho em conjunto, intersetorial e o quanto ele faz falta também. Em minhas vivências de atendimento na Alta Complexidade, tenho visto que os

graus de escolarização da população predominante é o ensino fundamental. Ainda assim, percebo que apenas uma pequena parcela das pessoas atendidas alcança a educação de nível superior. Diante disso a constatação de que existe um grupo de estudantes pobres que estão em processo de luta para conseguir ultrapassar barreiras ao longo de suas trajetórias escolares, ingressar e permanecer nas universidades públicas, constituiu meu maior motor para realização do presente estudo, por entender o compromisso da Psicologia como ciência e como área de atuação na Assistência empreender estudos e ações que permitam conhecer e transformar as reais condições dessa escolarização.

O aporte teórico desse estudo tomou como base autores identificados com a Psicologia Social Crítica, em especial de origem Histórico-cultural, a Psicologia Social da Libertação e a Psicologia Comunitária e estudos críticos sobre a resiliência. As leituras convergem para a concepção de sujeito ativo, social e histórico e tem como princípio a participação ativa destes na comunidade, no processo de compreensão e transformação dos problemas que vivenciam. Os autores utilizados também tem em comum que as intervenções desenvolvidas com os sujeitos e comunidades devem partir de uma realidade prática e empírica, ancoradas no pressuposto de que os sujeitos que sofrem diretamente os problemas sociais possam perceber-se enquanto sujeitos ativos, integrantes do tecido social, capazes de conscientizar-se das problemáticas que vivenciam, para que possam vislumbrar, conjuntamente, possibilidades de enfrentamento e superação desses problemas (MARTÍN-BARÓ, 1986/2011; MONTERO, 1999, 2004).

A presente dissertação encontra-se organizada da seguinte maneira: esta seção introdutória situando o tema, problema, objetivos e justificativa; uma seção voltada à descrição do percurso metodológico, aspectos éticos e operacionais e descrição dos participantes; três seções de apresentação e discussão dos resultados, sendo a primeira reunindo uma reflexão sobre as políticas assistenciais e o diálogo realizado com políticas educacionais e juventude, trazendo dados do setor do SPSCPE. dos anos de 2018 e 2019 na cidade de Manaus, a segunda e a terceira apresentando e discutindo resultados através de alegorias míticas entremeadas com discussões amparadas em referencial teórico-crítico sobre as trajetórias de duas universitárias que vivenciaram desabamento e incêndio ao longo de sua escolarização; uma seção final com as considerações acerca do estudo, seguida das referências, apêndices e anexos.

2 MÉTODO

Como percurso metodológico, segui essencialmente o desenho do Projeto “Os Significados das Trajetórias de Escolarização de Jovens Estudantes Amazônidas”, UFAM-UNB-UNIR (RIBEIRO; BARBATO; URNAU, 2018, p. 5), o qual segue uma abordagem qualitativa multimétodos. O pressuposto central que orienta a abordagem multimétodos é o de que a interação entre eles fornecerá melhores possibilidades analíticas para a compreensão dessa realidade.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Esse estudo teve como marca a aproximação com os sujeitos e suas realidades concretas, sendo caracterizado como pesquisa de campo, a qual, segundo Gonçalves, 2001 produz a informação diretamente com a população pesquisada, exigindo do pesquisador um encontro mais direto. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (documental, participante) (FONSECA, 2002). Nesse caso, é necessário ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas. Contudo, com a ocorrência da Pandemia da COVID-19 decretada em nível global em março de 2020, o contato direto com o campo e participantes sofreu ajustes de modo a atender protocolo de biossegurança e cuidados referentes à vida individual e coletiva. Cumpre informar que o estudo foi realizado integralmente dentro dos parâmetros estabelecidos pelas resoluções com pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, incluindo os ajustes necessários a partir da Pandemia da COVID-19 através do parecer 4.082.840 (ANEXO I).

O detalhamento dos aspectos relativos ao método será apresentado a seguir.

2.1 LOCAL

Considero o *locus* de estudo a cidade de Manaus e, dentro desta, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania-SEMASC, órgão integrante da Prefeitura Municipal de Manaus, situado à Av. Ayrão, esquina com a Av. Ferreira Pena, s/nº, Centro – Manaus - Cep – 69025-005. Manaus é a capital do Amazonas, com 2.219.580 de habitantes, sendo a 1ª. da região Norte e a 7ª. dentre as capitais brasileiras em termos populacionais. Seu PIB é de 78.192.321.000,000 (IBGE, 2020). Abriga um dos maiores polos industriais brasileiros, sendo responsável significativa pela economia regional e nacional. Sua estrutura social e urbana é marcada por desigualdades profundas, um contingente populacional elevado em condições precárias de acesso a serviços e a condições dignas de existência. Ainda assim, em um estado com 62 municípios, o maior em extensão territorial e menor densidade demográfica, Manaus é o único que conta com os serviços de maior complexidade, sendo amplamente demandada não somente pelos moradores do município, mas de todo o Amazonas e mesmo de outros estados da região Norte.

No que se refere à oferta de ensino superior, Manaus também é o único município que possui ampla oferta, sendo através de instituições públicas – duas federais e uma estadual, e 19 instituições privadas. Este quadro mostra que a democratização ao acesso à formação universitária no Amazonas já parte de uma inviável realidade, já que exige para a grande maioria dos candidatos, a condição ou disponibilidade de residir na capital. Cumpre considerar que, com as mudanças nas modalidades de oferta no ensino a partir da Pandemia da COVID-19, habitantes de outros municípios poderão em breve estar sendo contemplados com EaD, a despeito das condições de conectividade remota mesmo em se tratando da capital amazonense, serem deficitárias e até inexistentes em algumas localidades.

Em relação ao serviço tido como ponto de partida deste estudo, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências destina-se a promover apoio e proteção à população atingida por emergências e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. E, ainda, assegura a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter Intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais/ Resolução CNAS nº109, de 25 de novembro de 2009. Na cidade de Manaus, com sua desigualdade refletindo em modos de vida bastante vulneráveis para parte expressiva da população, os acidentes,

emergências, calamidades e catástrofes naturais não são exceção. Ao contrário, rondam a vida de muitos habitantes, de modo crônico (moradias de estrutura precária em condições de periculosidade), eventual (deslizamentos, incêndios, etc.) ou sazonal (cheias e vazantes dos rios).

Conforme a Tipificação, os usuários são indivíduos e famílias atingidas por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, e que se encontram temporária ou definitivamente desabrigados; removidos de áreas consideradas de risco, por prevenção ou determinação do Poder Judiciário e Defesa Civil, tendo como respaldo a Lei Municipal 1.666, de 25 de abril de 2012, que repassa o valor de R\$ 300,00/mês (trezentos reais), pelo período de até doze meses, podendo ser prorrogado por mais seis meses conforme avaliação socioeconômica.

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências atua também no apoio e proteção à população atingida pela Cheia do Rio Negro, realizando o cadastramento das Famílias para o Auxílio Aluguel e de Benefícios Eventuais conforme a necessidade identificada por técnicos in loco, ação essa decretada pelo Prefeito do Município de Manaus

A escolha por esse local se deu pelo fato de que eu, enquanto pesquisadora, integro o quadro de servidores da Instituição, possuindo boa compreensão da dinâmica de funcionamento do local, o que facilitou o acesso aos participantes potenciais, bem como às informações relevantes ao estudo.

2.2 PARTICIPANTES

Em um primeiro momento identificou-se 7 (sete) participantes potenciais, cujos dados serão demonstrados na seção posterior, na discussão dos resultados da pesquisa documental. O perfil estabelecido para que se chegasse a este número foi de que deveriam ser jovens de 18 a 29 anos, estar cursando o nível superior ou possuir formação concluída ou interrompida neste nível, residir em Manaus e constar nos cadastros de atendimentos do Serviço de Proteção Social em Calamidades Públicas e Emergências da SEMASC como beneficiários nos anos de 2018 e 2019, anos em que os registros se encontravam completos e disponíveis para a análise documental.

Após identificação dos participantes que preenchiam o perfil, realizei contato telefônico ou pelo aplicativo WhatsApp a todos integrantes da lista, convidando-os para inicialmente

preencher o formulário através do Google Docs intitulado “os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes amazônidas” o que não foi seguido por todos e, caso desejassem, participarem de uma entrevista individual onde narrariam sua história de vida.

Após o contato inicial, os seis integrantes da lista assentiram com a participação, mas somente duas jovens permaneceram respondendo aos contatos preparatórios de agendamento para a realização da entrevista. Uma vez que a desistência de participação é contemplada nos princípios éticos, não foi questionado aos demais sobre motivo de não-continuidade.

Fizeram parte do estudo em profundidade as estudantes Maria e Juliana, nomes fictícios atribuídos pelas mesmas, de modo a assegurar o anonimato e confidencialidade de dados, ainda que ambas preferissem poder ser relatadas no estudo a partir de suas identidades concretas. Maria tem 29 anos, solteira, mora com suas duas filhas, é finalista do curso de Pedagogia em uma instituição privada na cidade de Manaus, moradora de um bairro periférico e beneficiária do Serviço de Proteção Social em Calamidades Públicas e Emergências da SEMASC por sua casa ter sofrido desabamento total. Juliana é solteira, reside com os pais e um tio em um bairro de classe média na cidade de Manaus, tem 25 anos e é finalista do curso de Serviço Social em uma instituição privada de ensino. Sua família é beneficiária da assistência por terem sofrido perda total do domicílio em decorrência de um incêndio. Ambas ingressaram e permanecem no curso superior por meio do Programa Bolsa Universidade.

O Programa Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus é um Programa Socioeducacional, que tem a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais (100%) e Parciais de 75% (setenta e cinco por cento) e 50% (cinquenta por cento) do valor das mensalidades dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes hipossuficientes, comprovadamente sem condições de custear seus estudos, em faculdades particulares, na cidade de Manaus. O Programa Bolsa Universidade é diferente de muitos programas de incentivo ao Ensino Superior, pois, no caso de Manaus, o estudante não devolve a quantia investida em seu aprendizado. Ele presta contrapartida participando de projetos educacionais, sociais, culturais, socioambientais, entre outros, implementados pela Prefeitura de Manaus e por seus parceiros (MANAUS, 2014).

Todas tomaram conhecimento e concordaram com o teor do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B), o qual foi apresentado em forma de texto e lido em comunicação através da Plataforma *Google Meet*, cujos registros encontram-se gravados e disponíveis para as participantes e como documento da pesquisa.

2.3 INSTRUMENTOS E DELINEAMENTOS PARA PRODUÇÃO DE DADOS

Pesquisa documental: este procedimento consiste no tipo de investigação/coleta onde os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenômeno. A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (FLIK, 2009). Na presente pesquisa, foram consultados prontuários, bancos cadastrais e os documentos oficiais referentes às Políticas Assistenciais da Alta Complexidade em vigor.

Neste estudo, foram acessados os documentos que subsidiam as políticas de assistência na Alta Complexidade, visando compreender como se dá a relação (real ou possível) entre a Assistência e a Escolarização. Outra parte da pesquisa documental foi realizada junto às fichas socioeconômicas constante nos prontuários dos usuários atendidos nos anos 2018 e 2019 pelo Serviço de Proteção Social em Calamidades Públicas e Emergências da SEMASC. Daí derivou o levantamento dos dados referentes à escolarização dos usuários com destaque aos jovens que alcançaram a formação de nível superior, de modo a cumprir o primeiro objetivo específico desta proposta, a ser apresentado na seção seguinte desta dissertação.

A construção de um **Diário de Campo** possibilitou nortear reflexões que direcionaram essa pesquisa articulando teoria e prática. O termo “diário de campo” é usualmente utilizado para referir-se a uma técnica específica de registro de dados muito utilizado nas pesquisas qualitativas que utilizam principalmente a observação (FRIZZO, 2010). Como técnica de registro, o diário de campo é parte integrante da observação participante, que constitui algo mais do que uma simples técnica de coleta de dados. Para Fernando Gonzalez Rey, 2005 que discute a epistemologia da pesquisa qualitativa em psicologia, a representação da pesquisa como trabalho de campo enfatiza a comunicação como processo que articula a pesquisa qualitativa em seus diferentes momentos, e a presença/participação do pesquisador dentro da instituição, comunidade ou grupo de pessoas que está investigando, que lhe permite o acesso a fontes importantes de informação “informal”.

Entrevista de Narrativas de Histórias Vida (individual e aberta): Entrevistas são técnicas de pesquisa que preveem, obrigatoriamente, a produção de informações por meio da interação entre o pesquisador e o participante (YIN, 2016), tratando-se, portanto, de uma técnica fundamentada no relacionamento social em um determinado contexto. As entrevistas de histórias de vida constituem uma técnica de pesquisa que é histórica, dinâmica e dialética, na

qual as informações são construídas por meio da relação de comunicação entre entrevistador e entrevistado (JOVCHELOVITCH; BAUER 2003).

A narrativa é uma experiência cultural que organiza os eventos vividos pelas pessoas e produz os seus significados. Ela estrutura enunciados que mediam o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrásico dos desejos, crenças e valores das pessoas, desenvolvendo diferentes aspectos de suas agencialidades ou formas reflexivas de atuação (MARSICO et al., 2015). A partir das suas histórias, as pessoas se identificam ou não com as outras pessoas, nos eventos e lugares nos quais participam, transformando-se e se direcionando para o futuro. Neste jogo temporal e experiencial, estudos que utilizam múltiplos métodos possibilitam a formação de perspectivas em caleidoscópios de informações, proporcionando material relevante para o desenvolvimento teórico, metodológico e aplicado (BARBATO; MIETO; ROSA, 2016).

Em relação às entrevistas, todas foram realizadas através da Plataforma Google Meet, através do servidor da Universidade Federal do Amazonas. Foram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade das participantes. Ocorreram em sessões individuais, sendo realizada por uma pesquisadora do LABINS e um assistente de pesquisa, estagiário do curso de graduação vinculado ao mesmo laboratório. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas para análise.

Na entrevista narrativa, utiliza-se uma questão disparadora geral para que o participante conduza sua narrativa livremente, não havendo interferência direta do pesquisador, senão incentivo para que prossiga sua narração da forma como preferir. Nesta pesquisa, a entrevista produzida a partir da fala inicial do pesquisador: *Conte-me sua história de vida até chegar à universidade*. Conforme a proposta, não houve direcionamento nem interrupções até que o esquema autogerador das participantes culminasse na *coda* (JOVCHELOVICH & BAUER, 2002). Após a *coda* foram feitas perguntas não diretivas para explorar conteúdos trazidos na narrativa central. As entrevistas foram marcadas pela emoção das participantes, integrando a satisfação de estarem sendo ouvidas como protagonistas de histórias singulares e significativas, bem como as dores e vitórias revisitadas.

2.4 ANÁLISE

Para a análise documental dos prontuários do SPSCPE-SEMASC referente aos anos 2018 e 2019, foram organizados quadros que destacam as categorias dos graus de escolarização dos usuários atendidos, dentre outras informações que foram consideradas relevantes ao estudo. Sem aplicar tratamento estatístico com os dados levantados, foi feita apenas distribuição de

frequência simples para identificar aspectos que permitissem saber quem são os universitários atendidos pela Assistência Social na Alta Complexidade, de modo a visualizar demandas e ações possíveis relativas à relação entre Educação no nível superior e Assistência Social.

A análise das narrativas consistiu no aspecto central do trabalho. Seguiu uma perspectiva hermenêutica-dialética em sintonia com o referencial teórico, ou seja, privilegiou o processo interpretativo dentro de uma compreensão dialética da construção da realidade.

Na análise interpretativa se buscará identificar os indicadores de sentido a partir do objetivo proposto na pesquisa e em seguida, irá interpretá-los e reuni-los em categorias. A Análise Dialógico-temática e pragmática do discurso permitirá a identificação de significados e sentidos e posições eu-outro-mundo. Será feita retornando-se à sequência de participantes em entrevistas individuais, em trechos em que se notam quebras para descrever práticas preferenciais de uso do discurso, estruturas e funções que exercem elementos que estão mediando a narrativa, a fim de verificar mudanças e transformações (PROCAD, 2018).

As narrativas combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos, ao mesmo tempo que revelam experiências individuais e podem lançar luz sobre as identidades dos indivíduos e as imagens que eles têm de si mesmo (CRESWELL, 2014), são também constitutivas de fenômenos sócio-históricos específicos nos quais as biografias se enraízam. As narrações são mais propensas a reproduzir estruturas que orientam as ações dos indivíduos que outros métodos que utilizam entrevistas. Dessa maneira, o objetivo das entrevistas narrativas não é apenas reconstruir a história de vida do informante, mas compreender os contextos em que essas biografias foram construídas e os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos informantes (JOVCHELOVICH & BAUER, 2002).

As narrativas, dessa forma, são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas a comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sócio-histórico. Não se tem acesso direto às experiências dos outros, se lida com representações dessas experiências ao interpretá-las a partir da interação estabelecida (GALVÃO, 2005).

A análise das entrevistas foi apoiada também nos estudos em resiliência conforme Cyrulnik (2005), que destaca que narrar não é retornar ao passado, mas a possibilidade de produzir sentido sobre o mesmo. Neste sentido, a narração converte-se em potência não só por tornar o passado menos doloroso e suportável. Por certo, lembrar-se de um momento doloroso evoca emoções desagradáveis. Contudo essa particularidade possibilita compreender a função da narrativa interior: tornar a assumir a emoção provocada pelo passado e remanejá-la para

torná-la uma representação de si intimamente aceitável, integrando elementos que trazem sentido ao vivido, de forma autoral. A ação de narrar permite à pessoa se constituir em sujeito íntimo e a narração convida a assumir seu lugar no mundo compartilhando sua história.

Destaco que o Projeto maior em que este estudo se insere, envolve uma pesquisa de cunho longitudinal. No entanto, o presente estudo, enquanto sub-projeto da proposta maior, não teve esse perfil. Entretanto, as trajetórias dos participantes que vierem a integrar meu estudo, poderão ser utilizadas pela equipe central da pesquisa maior, podendo contribuir para novas análises e achados.

3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NA "RODA DE CONVERSA": O (NÃO) DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E COM A JUVENTUDE

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Como política integradora da Seguridade Social, a Assistência Social possui um caráter de política de proteção social articulada a outras políticas, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida. No que diz respeito às ações no âmbito da assistência social, em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742), que, logo em seu primeiro artigo, anuncia seu caráter universal e não-contributivo (BRASIL, 1993). Em 2004, foi aprovada a PNAS, que possibilitou uma organização nacional da prestação de serviços da assistência social. Até 2004, mesmo com a Constituição de 1988 e a LOAS de 1993, as ações da assistência eram desarticuladas, fragmentadas e pontuais, o que impossibilitava o avanço em relação à garantia e efetivação dos direitos sociais. Com a aprovação da PNAS, começa a ser implementado o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que tem por finalidade a unificação e normatização da oferta de serviços socioassistenciais em todo o território nacional. No entanto, mesmo com a unificação dos serviços, a PNAS ressalta que estes devem desenvolver suas ações de acordo com as demandas regionais suscitadas em seus territórios (BRASIL, 2004).

A Gestão da Política passou a ser organizada em duas esferas de proteção: Proteção Social Básica e Proteção social Especial, sendo esta, de média ou alta complexidade.

QUADRO 1. Organização dos serviços socioassistenciais da Assistência Social

NÍVEIS DE COMPLEXIDADE	SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS
I - Serviços de Proteção Social Básica	a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos
II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos b) Serviço Especializado em Abordagem Social c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	a) Serviços de Acolhimento Institucional nas seguintes modalidades: abrigo institucional, casa lar, casa de passagem, residência inclusiva b) Serviço de Acolhimento em República c) <i>Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências.</i>

Fonte: Adaptado pela Autora, de Brasil (2009).

Dentre os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, situa-se o Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências, o qual prevê a atuação da Assistência Social em contextos de desastres. Tal serviço tem como objetivo promover o apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Além disso, procura assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas (BRASIL, 2009).

3.2 A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MANAUS

Em Manaus, a assistência social é ofertada pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania- SEMASC, contando com diversos equipamentos da rede socioassistencial voltados à população em situação de vulnerabilidade social. Tais como: 20 (vinte) Centros de Referência em Assistência Social- CRAS distribuídos em suas 6 (seis) zonas geográficas (Norte, Leste, Centro-Sul, Centro-Oeste, Sul e Oeste) da cidade, pertencentes a Proteção Social Básica. Possui também cinco (5) Centros de Referência Especializados em Assistência Social- CREAS, 1 (um) Centro de Referência Especializado para Pessoas em

Situação de Rua – CENTRO POP/CREAS POP, 1 (um) Serviço de Abordagem Social, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, pertencentes a Proteção Social Especial de Média Complexidade. Os Serviços componentes da Proteção Social Especial de Alta complexidade são: Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes Sob Medida Protetiva – SAICA; Serviço de Acolhimento Institucional Amine Daou Lindoso- modalidade casa de passagem para adultos do sexo masculino; Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências e Albergue Municipal Gecilda Albano Peçanha. Serviços como o SOS Funeral, Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e Prato do Povo, também compõem a estrutura organizacional do Serviços Socioassistenciais. Além da oferta desses serviços a SEMASC é responsável ainda por coordenar os Conselhos Tutelares de Manaus, Conselhos Municipais de Direitos Humanos, dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos da Mulher (SEMASC, 2022).

Destaca-se que a cidade de Manaus, possui 2.219.580 de habitantes, e concentra 53% da população do Amazonas e é a sétima capital do país em população e a primeira da Região Norte, segundo pesquisa do IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Por mais que o município de Manaus esteja organizado conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social -SUAS, a necessidade de mais equipamentos para atendimento se faz necessário, mediante a insuficiência de cobertura populacional.

3.2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESASTRES E EDUCAÇÃO: REFLEXOS DA INVISIBILIDADE

A tradição discursiva que molda grande parte das instituições públicas no Brasil – e, em especial, o Sistema Nacional de Defesa Civil¹ – impede sistematicamente que a sociedade civil possa se dar conta de que a definição de desastre é, como tantas outras que balizam o entendimento do mundo e do sujeito nele situado, algo em disputa. Tal disputa implica a legitimação ou não da atuação de certos grupos profissionais, bem como a preponderância de alguns fazeres técnicos sobre outros. A atual Política Nacional de Defesa Civil² define desastre como sendo o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um

¹Sistema Nacional de Defesa Civil estabelece que a Defesa Civil brasileira é organizada por um sistema - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) - que é composto pela administração pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e também das entidades da sociedade civil responsáveis pelas ações de defesa civil no país.

² Regida pela LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres.

ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. No geral, essa definição incorporou-se no meio técnico de defesa civil como fenômeno a-histórico; portanto, desvinculado das relações políticas e sociais expressas no espaço. A temporalização do desastre suscitada nessa definição toma a forma estrita do dia, da hora e do minuto do “evento adverso” e as relações sociais traduzidas nos discursos oficiais são as estigmatizantes, que culpabilizam os vulneráveis por sua afetação (CFP, 2011).

Em seus estudos, Heredia (2003) diz que o evento do desastre muitas vezes é natural, mas a tragédia é social, pois aponta para os problemas pré-existentes naquele local em que incidem os desastres e os danos acabam sendo proporcionais a essa precariedade social. Além disso, observando-se as estatísticas sobre os desastres no Brasil e em todo o mundo, nota-se o fator humano preponderando como determinante da magnitude das consequências desses eventos.

Segundo pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Terra Brasilis Resseguros sobre os desastres no Brasil observa-se o seguinte cenário acerca desses eventos: 58% das ocorrências em decorrência de inundações, 14 % causadas pelas secas, 11% pelos deslizamentos, 8% por vendavais, 6% por temperaturas extremas e apenas 3% por epidemias. Em relação às incidências de maior peso nas regiões brasileiras, na região norte: são os incêndios florestais; na região nordeste as secas e as inundações; na região centro-oeste também as secas e inundações; na região sul as secas, vendavais e granizo e na região sudeste os deslizamentos e as inundações (INPE, 2013).

Barcelos e Oliveira (2010) destacam que nos estudos apresentados pelo IBGE pode-se verificar que o risco ambiental não se distribui de forma aleatória entre os diferentes grupos sociais, mas obedece aos padrões de desigualdade e segregação social que marcam a estruturação das cidades. Assim, constata-se que as populações menos favorecidas, por características de renda, escolaridade, cor, gênero, etnia, que residem ou utilizam os territórios de maior vulnerabilidade ambiental, encontram-se mais expostas ao risco de desastres, já que se sobrepõem as vulnerabilidades sociais à exposição a riscos ambientais.

As Ciências Sociais têm problematizado as definições oficiais sobre o que é denominado “desastre” e avançam inquirindo seus qualificativos, como “natural”. O esforço atual das contribuições do tema em prol da inclusão de atores e da democratização das arenas de formulação de programas e políticas de defesa civil tem sido o de alargar o tempo e o espaço no qual as concepções de desastres se desenham no imaginário social, isto é, suscitar que tais acontecimentos sejam compreendidos com base nos nexos sócio-históricos que transcendem

cada tragédia pontual. São esses nexos que desnaturalizam os desastres, pois desvelam as relações sociais de desigualdade que, sendo historicamente produzidas, são refletidas num território propenso a suscetibilizar principalmente os grupos mais empobrecidos ante o impacto de quaisquer fatores ameaçantes (CFP, 2011).

Como acontecimentos sociais, desastres entremeiam a dinâmica e a estrutura da sociedade, apresentando dimensões objetivas e subjetivas, tanto na forma como são produzidos como na que são vivenciados. No caso brasileiro, a persistência e o incremento de processos transescalares de desfiliação social estão entre as principais causas da elevação do número de municípios e munícipes sujeitos a contextos de emergência. Se um viés de classe é nítido na omissão ou na insuficiência das medidas públicas de prevenção e preparação ao impacto dos fatores de ameaça, também o é no atinente à intensidade e à duração do sofrimento vivenciado no pós-impacto (CFP, 2011).

Assim, é necessário estudar a história de nossa sociedade, as ocupações desordenadas, velozes e sem planejamento dos centros urbanos que se instauraram em nosso país durante o século XX; as misérias e a falta de estruturas básicas à sobrevivência na zona rural; os inúmeros acidentes ecológicos provocados por grandes empresas; a falta de investimento em estruturas de saneamento básico ainda hoje; a falta de investimento em estruturas que reduzam as inundações e muitos outros aspectos de nossa história para que possamos definir estratégias de prevenção às emergências e aos desastres, bem como possibilitar a redução dos danos causados por esses eventos. Além disso, é preciso valorizar os conhecimentos das pessoas das comunidades sobre os locais em que vivem. Em nosso país, como pontua Valêncio (2011), as atividades de Proteção e Defesa Civil ainda escutam pouco a sociedade civil, pois priorizam os conhecimentos técnicos sobre as localidades, os equipamentos tecnológicos e os planejamentos da Administração Pública. Muitas vezes, são realizados com base em dados estatísticos e legislações que não dão conta de toda a realidade que cerca aqueles que habitam as regiões consideradas de risco para desastres em nosso país. Também é preciso pensar que, os habitantes locais são essencialmente aqueles que devem ser capacitados para lidar com essas situações de forma permanente, uma vez que os gestores podem mudar em poucos anos, mas os moradores geralmente permanecem por muitos anos ou toda uma vida.

O discurso institucional, em âmbito nacional, de assistência social que é válido para reger as práticas profissionais voltadas para a interação com o grupo social afetado em desastres, preza pelo restabelecimento de uma normalidade prévia ao momento do impacto da ameaça externa, por vezes, natural.

Já no que diz respeito aos afetados pelos danos de desastres, há uma invisibilidade de problematização na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Segundo os termos da própria Política, o público usuário dela são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005a, p. 33).

A PNAS faz apenas uma citação indireta e superficial que subjaz, entre outras coisas, a categoria de afetados pelos danos de um desastre: Proteção Social – segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos (BRASIL, 2005a, p. 40).

Outro documento que também remete à questão de forma implícita é a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS):

Benefícios Eventuais: são previstos no art. 22 da LOAS e visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública (BRASIL, 2005b, p. 94).

Quando se leva tais políticas para uma dimensão considerada microssocial, por mais que os agentes do Estado estejam imbuídos do discurso institucional, há um conjunto de fatores limitantes da realidade concreta, de condições materiais que permitem ou não dar operacionalidade para tais políticas (SIENA, 2013).

Como podemos observar, a própria PNAS afirma que as famílias “precisam ser compreendidas em seu contexto cultural, inclusive ao se tratar da análise das origens e resultados de sua situação de risco” (BRASIL, 2005a, p. 37), deixar de problematizar a

vulnerabilidade dos grupos recorrentemente afetados em desastres e, por conseguinte, não colocar os desabrigados como grupo que merece específica atenção seria negligenciar as próprias diretrizes pelas quais a PNAS está respaldada. É urgente que a Assistência Social mude sua prática restringindo-se ao imediato/urgente, uma vez que sua preocupação e seu foco de atuação são permanentes.

3.2.2 Colocando a psicologia das emergências e desastres em xeque

A Psicologia no Brasil e no mundo, tem cada vez mais debatido e feito parte dos cuidados ofertados às pessoas, comunidades e outros atores sociais que sofrem com todo tipo de desastres ou se encontram em situação de risco. A participação de psicólogos em contextos de emergências e desastres já é uma realidade em muitos países do mundo, e mais especificamente em países latino-americanos. Na construção da prática do psicólogo, precisa ser enfatizada a perspectiva de que a cultura da prevenção seja instalada como premissa para a atuação dos psicólogos e dos demais atores envolvidos nesse importante tarefa de construir comunidades mais seguras (CFP, 2011).

A participação da Psicologia em contextos de desastres e emergências tem ocorrido gradualmente. Inicialmente era voltada apenas para o pós-desastre e, a partir do século XXI, incluiu ações de prevenção. No Brasil, uma das características da atuação da psicologia neste contexto é que esta tem reunido esforços para refletir sobre a saúde mental nas situações de desastres, como aconteceu, por exemplo, na realização do 1º e 2º Seminários Nacionais de Psicologia das Emergências e dos Desastres em 2006 e 2012; na criação da Associação Brasileira de Psicologia de Emergências e Desastres (ABRAPED) em 2012, e em diferentes encontros organizados pelos Conselhos de Psicologia desde 2010 (WEINTRAUB et al., 2015).

A tematização do sofrimento humano gerado pelos desastres, assim como a busca por formas de atenuar esse sofrimento, e a elaboração de projeto coletivo de reconstrução são elementos desencadeadores do interesse da profissão pela proteção civil. É importante que a atuação dos psicólogos em emergências e desastres considerem alguns pontos essenciais. O primeiro deles é a promoção do protagonismo dos afetados, por meio do incentivo à organização social e política, com redução das vulnerabilidades sociais. Segundo o respeito às singularidades das comunidades e a suas formas tradicionais de sobrevivência. Terceiro, criação de redes articuladas de cuidados, que contemplem saberes e atores sociais. Quarto, que a ação dos psicólogos prime pela observância dos princípios éticos da profissão e das boas práticas

profissionais. Por fim, que a ação das psicólogas e dos psicólogos seja sempre acompanhada de posicionamento crítico sobre a conjuntura e sobre as políticas públicas, posicionamento este sempre atento às urgências das populações afetadas (CFP, 2011).

As contribuições da Psicologia em situações de desastres e emergências abrangem ainda atuações no desenvolvimento de planos de curto, médio e longo prazo para minimizar riscos, reduzir condições de vulnerabilidade e preparar para a resposta, considerando cada situação e cada comunidade. Ainda que possamos vislumbrar intervenções psicológicas em situações de desastres e emergências, as decisões sobre as estratégias para administrar riscos não podem estar baseadas somente nas avaliações objetivas e nas estatísticas sobre a probabilidade de risco. Faz-se necessário uma visão mais ampla e diversificada de tais riscos, de modo a compreender como as pessoas percebem o perigo e desenvolvem estratégias mais eficazes de prevenção. Ainda que possam ser detectados princípios gerais, cada situação requer suas próprias estratégias e planos em função de suas realidades e características (SOUZA, 2012).

Assim, devem ser incrementadas pesquisas sobre percepção de risco, prevenção de desastres e estratégias de mitigação sob o enfoque psicológico (LOPEZ, 2006). O desenvolvimento de estratégias eficazes da administração de risco requer tanto o conhecimento do ambiente físico como dos processos sociais e psicológicos que podem afetar as respostas das pessoas às condições de perigo. Se entendermos que estratégia

[...] é a arte de articular meios e fins, em função de objetivos de interesse, antagônicos ou não, considerando os outros, de toda ordem, tantos quantos existam, que quando aplicada, tenha consequências, predominantemente no tempo (SANTOS, 2012).

Reconheceremos que é preciso que a Psicologia tanto se aprofunde em suas especificidades, ampliando o conhecimento especializado sobre o tema, quanto amplifique suas indagações, colocando-se como mais um campo de estudo a colaborar com as situações de desastres e emergências. O acompanhamento em médio e longo prazo, as implicações relativas à subjetividade e a articulação com os mais diversos agentes e agências que necessitariam implicação profunda com o processo de suporte às pessoas marcadas por tais eventos, ainda é um horizonte não vislumbrado, se consideradas as grandes demandas envolvidas.

O desenvolvimento da Psicologia em emergências e desastres deve ampliar-se à medida que a participação de psicólogos em tais eventos afirme-se, o que impõe uma demanda crescente de estratégias de formação de profissionais em diferentes níveis de profundidade – cursos de graduação e de especialização, fóruns de discussão, treinamentos. Não podemos

perder de vista a noção de que os desastres são ao mesmo tempo produto e processo, decorrentes tanto da transformação e crescimento da sociedade quanto de fatores sociais e ambientais ligados a maneiras de viver - o que pode produzir a vulnerabilidade ao desastre (SOUZA, 2012).

Em relação à produção local atual na temática da Psicologia das Emergências e Desastres, atualmente o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas não dispõe em seu repositório de dissertações pesquisadas sobre o assunto, sendo este o primeiro trabalho nesta direção. Importa salientar que em minha prática profissional a atuação envolvendo a articulação intersetorial entre Assistência Social e Educação é quase inexistente.

É fato que a Assistência vincula suas ações ao setor Educação, a exemplo da condicionalidade na concessão de benefícios à matrícula de crianças e adolescentes na rede escolar pública, por exemplo. Prioriza-se a Educação básica como fator condicional para que se tenha direito a benefícios eventuais, e após essa etapa, os demais graus de escolarização não são pensados para a população atendida, o que passa a torná-los invisíveis para além de sua pobreza material/social. Chegar à universidade chega ser exceção da regra. Os estudos envolvendo contextos pós-desastres dificilmente falam também sobre o papel da escolarização como fator de reconstrução e resiliência de comunidades afetadas. Ainda que as produções sejam recentes em Emergências e Desastres, precisamos ampliar as reflexões e o fortalecimento acerca do papel da Educação nessa esfera, tangenciando a revisão de literatura junto às produções em Sociologia, Educação, Políticas Públicas e Psicologia.

3.2.3 Os invisíveis no âmbito da Assistência: universitários que se debatem em movimentos de resistência para existir

A despeito da minha trajetória profissional de longa data junto a Secretaria Municipal da Mulher de Assistência Social e Cidadania- SEMASC na cidade de Manaus, somente a partir de reflexões levantadas quando das discussões iniciais na formulação do Projeto de Cooperação Acadêmica (PROCAD, 2018) entre UFAM-UNB-UNIR, considerei a possibilidade da existência de beneficiários que estivessem cursando esse nível de formação ou que houvessem alcançado o ensino superior e, porventura, não tenham conseguido concluí-lo. Atuando nesses mais de oitos na Proteção Social Especial de Alta Complexidade e na de Média Complexidade, pude verificar a partir das reflexões, que nos instrumentais que utilizamos para realizar cadastro e registro dos atendimentos, até constam campo destinado à escolarização de cada membro do grupo familiar, mas que nunca foi dada a devida importância, mesmo em relação ao

preenchimento destas informações. Em situações de grandes sinistros, como o cadastro da população afetada pela cheia do Rio Negro, ou mesmo o incêndio de grandes proporções que aconteceu no bairro de Educandos em 2018, as orientações passadas eram para que “se deixassem em branco, que posteriormente se verificaria”, e assim teríamos mais agilidade no processo de identificação das famílias.

A invisibilidade tem sido tanto uma prática quanto um resultado derivado da escolha em “favor” de uma certa produtividade. Nos instrumentais de outros serviços ligados à mesma Secretaria, o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes- SAICA e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS, pude perceber que o movimento é diferente: a educação é visualizada, fortemente incentivada, sendo nela projetadas e planejadas a perspectiva de cidadania, porém somente no tocante ao seguimento básico do ensino. A este respeito, os instrumentais, ferramentas fundamentais para a construção e acompanhamento dos planos individuais de atendimento, concentram em reunir detalhes sobre a escolaridade, sobretudo por ser este dado atrelado às condicionalidades do Programa Bolsa Família.

A partir da proposta deste estudo, do processo de identificação a partir dos prontuários das famílias atendidas no ano de 2019 do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências e das reflexões resultantes da minha própria trajetória na pesquisa e na profissão, constato a invisibilidade não como condição dos sujeitos, visto que existem e materializam suas existências com suas demandas e ações. Constato a invisibilidade como prática de conferir a inexistência do outro.

TABELA 1. Perfil Geral de Escolaridade de pessoas vinculadas a benefícios nos anos 2018 e 2019 do Serviço de Calamidade (SEMASC)

Ensino Fundamental Incompleto	347
Ensino Fundamental Completo	195
Ensino Médio Incompleto	150
Ensino Médio Completo	100
Ensino Superior Incompleto	14
Ensino Superior Completo	5
Não Alfabetizados	23
Total	834

Fonte: A Autora (2021).

A tabela acima resulta da pesquisa documental feita nos prontuários das famílias atendidas pelo SPSCPE. Podemos verificar que a maior parte das famílias atendidas possuem

o grau de escolarização situados no ensino fundamental, mais da metade do total de famílias. O retrato da vulnerabilidade dessas famílias que mais tem suas casas afetadas por emergências e calamidades, nos revelam também trajetórias escolares interrompidas e precárias. Em seguida e a segunda maior parte das famílias, são as que chegaram e concluíram o ensino médio. Por fim destaco a semelhança das famílias analfabetas com as que alcançaram o nível superior.

TABELA 2. Jovens universitários inseridos nos programas/benefícios do setor de calamidade 2018 e 2019 (SEMASC)

NOME	NASCIMENTO	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCORRÊNCIA
Maria	28/08/1991	Feminino	29	Ensino Superior- Pedagogia (Cursando)	DESABAMENTO TOTAL DE CASA
Roberta	27/05/1998	Feminino	22	Ensino Superior Cursando	RISCO ALTO DE DESABAMENTO
Luís		masculino	25	CURSANDO EDUCAÇÃO FÍSICA	INCÊNDIO
Ângela		Feminino	22		DESABAMENTO DE MURO E ALAGAMENTO
Felipe		masculino	24	cursando Direito	DESABAMENTO DE MURO E ALAGAMENTO
Melissa		feminino	19	Psicologia	DESABAMENTO DE MURO E ALAGAMENTO
Juliana		feminino	24	cursando Serviço Social	INCÊNDIO

Fonte: A Autora (2021).

Conforma a faixa etária da pesquisa, que considerou jovens os sujeitos de 18 a 29 anos, chegamos a um total de sete universitários com o perfil adequado conforme critérios estabelecidos. Dos sete jovens, dois aceitaram participar de todas as etapas.

Ao identificar os poucos, mas existentes jovens universitários que resistem à invisibilidade, passei, a partir desse momento, a compartilhar com a equipe a importância que precisa ser dada a esta parcela de nossos usuários. O movimento problematizador da realidade, permeado pelo pensamento crítico e pela consciência da responsabilidade ético-profissional de rever continuamente as práticas que empreendemos, pôde romper com o dispositivo da invisibilidade que agia sobre estes jovens específicos e sobre suas realidades, conferindo-lhes, como passo inicial, existência e relevância institucional. Hoje a cultura é outra, e até hoje recebo o contato de colegas que fizeram atendimento em dada situação e falam: “*hoje atendi um*

sinistro e na família tem um jovem que é universitário, você ainda precisa do contato pra pesquisa? De certa forma, já começamos a vê-los.

A esse movimento, a essas reflexões, e por que não dizer transformações, provocados por essa pesquisa, destaco total relevância a Ciência, de se fazer ciência. Onde as políticas públicas não chegaram, onde o fazer profissional não enxergou, a Ciência chegou e viu, provocando transformações no fazer, e, portanto, nas relações que constituem a realidade social.

3.2.4 Lei nº 13.935 de 2019: Uma esperança em meio aos desmontes das Políticas Públicas

Em uma conjuntura de retrocessos, desmontes e cortes em todas as áreas das políticas sociais, a aprovação da Lei nº 13.935 de 2019, que dispõe acerca da inserção de profissionais da Psicologia e Serviço Social nas escolas da rede básica de ensino, representa uma importante vitória para a política pública de educação, considerada a realidade concreta da comunidade escolar e a possibilidade das equipes multiprofissionais serem inseridas nas redes de ensino de educação básica e, assim, contribuir para o atendimento integral e de qualidade no processo ensino-aprendizagem (CFP, 2021).

Assistentes sociais e psicólogos/as poderão contribuir na identificação de demandas presentes na escola, que pela complexidade do contexto escolar muitas vezes requerem da(o) profissional de Psicologia e Serviço Social e demais profissionais a formulação de respostas para o enfrentamento de situações, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, sexualidade, violência doméstica, disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial das políticas sociais e públicas (CFP, 2021).

As adversidades sociais causadas pela pandemia da COVID-19, impactaram diretamente na educação básica. As reais consequências para a qualidade da formação online, sobretudo para crianças e adolescentes permanecem, ainda, imprevisíveis. A integração de assistentes sociais e psicólogos nas equipes escolares é mais necessária que nunca, não apenas por conta do processo de ensino-aprendizagem e das dificuldades etárias de assimilação de conteúdos mediante ensino online em si, mas, também, pelas implicações nos vários segmentos das redes de ensino básico, nas famílias, nos mercados de trabalho e nas relações sociais (CFP, 2021).

Destacamos que a referida lei e sua devida implementação trará benefícios em muitos aspectos, podendo identificar e já intervir precocemente em situações que muitas vezes passam despercebidas pelo sistema educacional.

4 MARIA DE SÍSIFO

*A própria luta para chegar ao cume basta
para encher o coração de um homem. É
preciso imaginar Sísifo feliz.*
Albert Camus

4.1 O MITO

A inspiração para narrar essa história vem do ensaio filosófico de Albert Camus, 1942, O Mito de Sísifo. E, mais, especificamente, do castigo imposto a Sísifo. Na literatura grega Sísifo foi condenado a empurrar incessantemente uma pedra até o topo de um monte apenas para vê-la rolar até embaixo novamente. A lenda declara que Sísifo se rebelou contra os deuses, que ele não os levou a sério e tentou roubar os seus segredos. Outra lenda traz que Sísifo conseguiu prender a morte em cadeias e que foi punido por isto por Plutão. Para Camus, a negativa de Sísifo da morte e dos deuses faz dele o mais absurdo dos heróis, e seu castigo, igualmente, a maior metáfora para o homem existencial.

Conforme Camus (1942), o momento chave no castigo de Sísifo está naquele instante em que a pedra rola monte abaixo e Sísifo sabe que ele deve ir atrás dela e tentar - em vão como sempre - empurrá-la para o alto do monte e além. Camus vê em Sísifo não a imagem de um trabalho duro contínuo, cansativo e incessante, mas a de um homem alegre que reconhece que seu destino lhe pertence. Ele e somente ele pode determinar a essência da existência. Camus termina seu ensaio com Sísifo no pé do monte, preparado para suportar exercício tortuoso e inútil de rolar a pedra monte acima uma vez mais. Contudo, Camus não vê Sísifo como atormentado, castigado; pelo contrário, ele vê Sísifo feliz. Feliz porque descobriu o segredo da vida. A luta pelas alturas é suficiente para encher o coração do homem.

Pela riqueza que comportam tanto o mito em si quanto o ensaio de Camus (1942), ambos vem sendo utilizados por autores diversos em diferentes áreas do conhecimento, sendo o sentido da vida, as relações de dominação e opressão, a individualidade e a própria sociedade algumas das temáticas em torno das quais são tecidos paralelos com Sísifo.

Iniciando pelas Ciências Sociais, Gonçalves e Gonçalves (2010) mostram o estabelecimento de um paralelo entre o mito de Sísifo e as teorias da reprodução social. Esta

via de análise tende a refletir sobre a dominação e seus mecanismos, a lógica da exclusão e das diferentes desigualdades. Nesta mesma perspectiva, Oliveira (2017) compreende que:

[...] enormes contingentes populacionais estão fadados, por causa das condições das classes subalternas às quais pertencem, à desesperança e à inutilidade do trabalho com vistas à mobilidade social. Os “deuses”, por meio do peso das “rochas”, mantêm os Sísifos no vale ou no galgar inútil dos montes, o que sustenta os privilégios de uns e a opressão de outros. Embora nem todo o processo se dê de modo que os sujeitos ajam deliberada e conscientemente, o fato é que certos postos ainda são parcial ou totalmente inacessíveis a membros de determinados grupos (OLIVEIRA, 2017, p. 24).

Em um diálogo entre a Psicologia Social e a filosofia espinosista, temas importantes como indivíduo e subjetividade, felicidade e existência, aprisionamento e emancipação ganham ricos contornos com a articulação com a lenda de Sísifo. Refletindo a partir das colocações de Sawaia e Silva (2019), sobre a questão de Sísifo, vemos que o indivíduo singular, o *conatus* é compreendido como uma estrutura complexa e dinâmica, que se conserva, se transforma e preserva durante sua existência. Em outros termos, conforme Sawaia e Silva (2019, p. 366) “[...] é um grau de potência, uma força interior que quer resistir” (SAWAIA, 2009, pág. 366). Temos então uma força propulsora da sobrevivência psíquica e que direcionada para felicidade, liberdade e emancipação. O *conatus*, conforme Sawaia, Albuquerque e Busarello (2018, p. 50-51):

[...] é o esforço de perseverar na existência; impulso, esforço, apetite e vontade – que alteram de acordo com a disposição variável dessa condição humana. Contudo, a potência de conservar é também o poder de ser afetado e está diretamente relacionado às dinâmicas interpessoais que circundam a experiência humana; os encontros.

Investindo ainda na articulação possível com vertentes críticas da Psicologia Social, pensar Sísifo em um diálogo a partir das ideias de Vygotsky, nos permite tomar como ponto crucial o conceito de atividade, onde a essência da existência desse homem, mostra sua ação, sua condição de agir sobre si e sobre o meio, determinando quem ele é. Segundo Aguiar (2006) é por meio da atividade que o homem constitui suas relações humanas e transforma o mundo. Ao apropriar-se da realidade externa, ocorre uma atividade interna de apropriação e de articulação do novo, e o que marca essa atividade interna é a superação, a confrontação e a ambiguidade entre o novo e o velho.

Existe uma força em Sísifo que vai além da força imposta pelo peso da pedra e da gravidade. Pensando tal força enquanto uma dimensão da subjetividade, podemos conceber que

o percurso e a tarefa, ainda que aparentemente repetitivos e similares, é, a cada subida e a cada descida, transformado/modificado. Sísifo em seu caminhar demarca uma trilha, onde a pedra desliza, provavelmente de modo mais árduo a princípio, mas com nuances que alternam o percurso, o trajeto, a tarefa a cada vez, tornando-a, senão mais fácil, o que consiste em uma possibilidade, no mínimo, diferente. Há um desgaste na interação pedra-solo, decorrente da ação determinada de Sísifo em rolá-la montanha acima. Há, também, interações entre essa rocha e o próprio corpo de Sísifo. Quiçá suas mãos calejadas fizeram-no buscar outras formas de carregar a pedra... Ele é o agente transformador desse cenário e de sua própria tarefa. Se consciente de sua ação transformadora, não está alienado.

Frente às perspectivas analíticas aqui trazidas a partir da estória de Sísifo, passo a adotá-lo, tal qual em conclusão também alcançada por Oliveira (2017), pelo poder que o mito de Sísifo possui de ser entendido como uma metáfora para os determinados e os diferentes processos sociais, especialmente no que tange aos processos que evidenciam as desigualdades sociais já inerentes nas sociedades, as lutas como tarefas da trajetória de vida e os sentidos atribuídos ao percurso transcorrido. Os privilégios existem desde a constituição de cada sociais e esses tendem a demarcar territórios – tanto do campo material, como simbólico –, em que alguns possuem posições sociais de destaque e em constante evolução, ou seja, são os deuses beneficiados com a imortalidade, enquanto outros lutam diariamente para ultrapassar os processos mais difíceis, em analogia “vencer a morte”.

Acerca de trajetórias de universitários inscritos no campo da vulnerabilidade e desigualdade social, que diálogo estabelecemos com Sísifo? Este segmento da dissertação tem como proposta apresentar e discutir a trajetória de Maria de Sísifo, cujo nome integra tanto a escolha feita pela jovem que lhe trouxe vida sob forma de narrativa, quanto pela equipe de pesquisa, ao ouvir da própria entrevistada que a história de sua vida deveria chamar-se “Desistir, nunca!”.

4.2 PRIMEIRAS PALAVRAS: O INÍCIO DA MONTANHA

Maria, 29 anos, universitária, finalista do curso de Pedagogia em uma instituição privada de ensino superior em Manaus-AM. Respondeu a mim que tinha interesse em participar do segundo momento da pesquisa, no caso, a entrevista individual narrativa. Comunicou seu horário disponível e, por fim, em uma manhã de sábado, encontrou-se com dois membros da equipe do LABINS por meio da Plataforma *Google Meet*, para a entrevista. Manteve sua câmera

desligada, mas mostrou-se muito feliz e inicialmente ansiosa pelo fato de poder contar sua história.

Maria tece sua história de vida inicialmente falando que vem de uma família muito complicada, onde sua mãe teve nove filhos, todos de pais diferentes e condições financeiras precárias. Maria diz que se tivesse que depender da mãe para fazer faculdade, nunca teria feito. Mas, desde a infância, sonhou em fazer uma faculdade, dar um futuro melhor para a genitora e para os irmãos, sempre pensando em proporcionar um futuro melhor para todos. Entre todos os seus familiares, é a única que concluiu o ensino médio e chegou ao ensino superior. Sua mãe é analfabeta.

Maria tem duas filhas de pais diferentes, e estas são o seu grande motivo para viver. Ao falar das filhas reflete sobre a mãe que teve: “Minha mãe, não é mãe!” Afirma que na relação com sua mãe, não houve afetividade e suporte nos momentos em que mais precisou. Os quatro anos de faculdade, foram de muito sofrimento sem poder contar com a rede de apoio familiar. No entanto, expressa que Deus sempre colocou pessoas em seu caminho de modo a auxiliá-la a dar prosseguimento. Sobre a maternidade, verbaliza que a princípio não queria, referindo-se às experiências negativas em sua relação com a mãe e por ter sofrido violência sexual por parte do padrasto. O não-desejo de ser mãe a fazia, inclusive, usar contraceptivos desde os treze anos. Seus planos instavam em terminar o ensino médio, trabalhar no Distrito Industrial e pagar uma faculdade. Para Maria, engravidar na adolescência exigiria ajustes em seus planos.

De acordo com o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (CONASS) que apresentou dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em realização de estudo publicado em 2018, a maior incidência da gravidez na adolescência ocorre entre meninas que têm menor escolaridade e menor renda, bem como o mais precário acesso aos serviços públicos e vivem em situação de maior vulnerabilidade social (CONASS, 2020).

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em cartilha intitulada “Abuso sexual contra crianças e adolescentes – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional” aponta que o abuso sexual se inicia geralmente entre 06 e 12 anos, sendo a idade mais frequente dos 08 aos 12 anos. Detalha-se algumas características mais comuns do abuso sexual contra crianças e adolescentes:

- Presença do abuso de poder onde o mais forte subjuga o mais fraco a fim de satisfazer seus desejos e vontades;

- Existência do elo “confiança e responsabilidade” unindo a criança (adolescente) à pessoa do agressor. Sendo a traição da confiança um dos aspectos mais marcantes desse tipo de violência;
- A ocorrência da violência psicológica, associada ou não a violência física;
- O silêncio imposto à vítima a fim de que não revele o abuso (BRASÍLIA, 2020, p. 11).

Maria, ainda ‘ao pé da montanha’, desejando empreender a trajetória sonhada e vista como resposta e saída da condição complexa atravessada pela pobreza e vulnerabilidade que vivia, demonstrava consciência de como tais condições tinham maior possibilidade de afetá-la, e, com isso, dificultar ainda mais um caminho já não visto como provável para sua família e para si: o curso universitário. Gravidez na adolescência, ausência de suporte, complexa rede familiar eram situações as quais estava alerta e buscava alternativas para não paralisar sua caminhada, desde ainda em idade muito jovem. Contudo, a gravidez ocorreu ainda durante seus anos na escola e, mesmo com as dificuldades, não retrocedeu no desejo de prosseguir sua formação. Aos vinte anos de idade, Maria conclui o ensino médio, um feito inédito entre os membros de sua família.

4.2.1 A subida ao topo da Montanha e o peso da pedra: O acesso e a permanência na Universidade

“O Bolsa universidade me ajudou muito – tenho convicção que vai mudar minha história financeira: ter minha casa, minhas coisas[...].”

A chegada ao nível superior veio com grande surpresa, apesar de muito sonhada. Maria pondera que nunca teria condições de fazer um curso superior, se não fosse pelo Bolsa Universidade. Maria é moradora da Comunidade da Sharp, situada no bairro Armando Mendes, zona leste de Manaus, o um local é conhecido por suas palafitas e seus *rip-raps*³, e por sofrer com alagações nos períodos de fortes chuvas na cidade. As condições de moradia são precárias, o local é assistido com frequência pela Defesa Civil Municipal e pelo Serviço de Proteção em

³ A contenção de rip-rap (muretas) é um serviço de extrema importância. As sacas contendo cimento e areia, depois de molhadas formam um paredão em concreto protegendo os taludes e evitando as erosões causadas, principalmente, no período chuvoso. A técnica aplicada é uma alternativa para estabilização de taludes e contenção erosiva em áreas alagadiças, equilibrando o solo. Disponível em: <<https://www.manaus.am.gov.br/noticia/prefeitura-inicia-implantacao-de-rip-rap-para-conter-erosao/>>. Acesso em 11 de julho de 2021.

situações de Calamidades Públicas e de Emergências- SEMASC. Foi através desses serviços que Maria obteve atendimento, após uma intercorrência de risco alto de desabamento, no quarto onde morava sob o igarapé.

Ser mãe solteira, não ter tido apoio da genitora, de familiares, morar na ponte e em um bairro periférico sustentavam suas crenças de que cursar uma faculdade seria muito difícil. Soube do Programa Bolsa Universidade através de uma propaganda na televisão, entretanto, não fazia a inscrição pois não tinha com quem deixar suas filhas, caso fosse contemplada com a bolsa, alega ainda que tinha medo de deixar as filhas com outras pessoas. Relatou que dois anos antes de ser aprovada, uma pessoa de sua igreja ‘revelou que Deus proveria’ seu sonho de cursar uma faculdade. Aos vinte e cinco anos, inicia sua formação em nível superior, no curso de Pedagogia.

O início da trajetória universitária trouxe consigo muitas dificuldades e sofrimentos que fizeram Maria pensar se realmente conseguiria concretizar o que planejara. A dificuldade de adaptação, dificuldades financeiras que incidiam até na falta de dinheiro para custear passagens de ônibus ou para a alimentação quando chegava na faculdade, a falta de rede de apoio familiar, aumentaram sobremaneira o peso da pedra que Maria já carregava. Suas palavras revelam o choque de realidade com o qual teve que se deparar:

[...] Eu achava que era que nem o ensino médio, mas não era. Eram vários grupos, então eu separei assim: tinha os menos favorecidos e as patricinhas. E eu não me encaixava em nenhum grupo. Foi impactante. Chorei muito no banheiro. Minha autoestima era muito baixa por conta de estudos. Eu sempre me senti uma pessoa muito burra, muito assim, como se as pessoas sempre estivessem na minha frente. Me sentia excluída de vários grupos, eu tinha que ficar me humilhando para ficar em grupo. Eu ia para o banheiro e chorava. No primeiro ano, foi o pior, porque eu não tinha celular, não tinha como me comunicar, chegava e tinha prova e eu não sabia por que não tinha celular. O meu dinheiro era para comer com minhas filhas. Eu senti na faculdade muito esse negócio da questão financeira e de exclusão mesmo. Eu ficava até pensando, na nossa grade tem a matéria de exclusão e inclusão e mesmo fazendo essa matéria elas fazem acepção de pessoas. Achavam que eu estava inventando história, que eu era preguiçosa, queria me escorar.

A fala de Maria nos remete à análise que Oliveira (2017) realiza em sua tese Oliveira, argumentando que há um processo dinâmico complexo, definido ainda pelo autor como “por vezes descontínua e contraditória”. Há um distanciamento entre os discursos já conhecidos e enraizados no que tange a acesso à educação, em especial, ao ensino superior. A infância e juventude para os demarcados sociais como ‘populares’ é representada através de uma série de desafios contínuos, objetivando sempre o acesso e a melhoria de vida, o que destoa dos

discursos midiáticos, do senso comum e meritocráticos. Conforme apresenta Oliveira (2017, p. 26):

Nascer em uma cultura marcada pela limitação (ou mesmo pela precariedade) econômica, apropriar-se da cultura escolar e de uma cultura profissional técnica, diretamente ligada a uma área específica do mundo do trabalho, e incorporar a cultura da classe social à qual se ascende – por menor que seja a mobilidade – são desafios repletos de dor e prazer, movimentos dialéticos carregados de conflitos, explícitos ou velados, inerentes a essas múltiplas inserções materiais e simbólicas, as quais são passíveis de receber um tratamento conceitual.

Ao trazer em sua narrativa a experiência de sentir não pertencer a nenhum grupo – mesmo os desfavorecidos -, Maria revela a existência de uma terceira categoria implícita nas relações sociais no contexto da formação superior: aquela que englobaria estudantes que, em tese, não possuem pertencimento a esse contexto. Em outras palavras, não deveriam estar ali, pois a proposta da formação universitária não seria, de fato, para todas e todos. Sua fala confirma o distanciamento que a realidade concreta revela em relação à suposta democratização do ensino, ou, mais propriamente, do ensino superior. Conforme Zago (2006 *apud* Lima (2018)), esse ideal de democratização da educação pode ocorrer mediante criação de políticas públicas efetivas para a ampliação do acesso, em todos os níveis de educação no ensino público. Enquanto psicóloga e pesquisadora no âmbito do SUAS, observo que uma educação democrática só será realmente possível mediante a articulação de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso à educação, mas a permanência, ou seja, políticas que possibilitem que os alunos e suas famílias sejam melhor assistidos em todos os meios que possam contribuir para o melhor acesso e experiência na educação.

Mesmo em meio aos percalços, excluída dos grupos, sem partilhar dos meios de troca de informações junto à turma, Maria destaca um apoio fundamental: pôde contar com a solidariedade de duas colegas de sua sala, as quais lhe ajudavam com dinheiro para a passagem de ônibus e alimentação. Ao relatar sobre a fome que sentia após chegar na faculdade no fim do dia sem ter tido a alimentação devida ao longo do dia, faz refletir que a condição de insegurança alimentar vivenciada por grande parte das crianças e adolescentes no país, para os quais a merenda escolar é elemento crucial para o desenvolvimento e escolarização, não difere da realidade de adultos que dão continuidade à escolarização, mas que não contam com recursos para o atendimento de necessidade tão básica.

Maria pôde contar ainda com o apoio de algumas vizinhas nos cuidados com suas filhas, enquanto precisava fazer provas. Considera que Deus sempre a ajudou e lhe deu forças para

prosseguir. O tempo disponível para se dedicar aos estudos eram as madrugadas, quando as filhas estavam dormindo e não tinha afazeres domésticos. Sustentava-se à época com atividades de brechó, relatando que a fragilidade econômica era tamanha que houve dias em que precisou dividir um pão entre as três (ela e as duas filhas). Maria sempre dá ênfase ao fato de que a trajetória universitária foi de muita luta, e que dará muito valor a essa conquista ao chegar ao final. Aponta as filhas foram o grande motivador para a permanência dos estudos, pois não deseja estas passem pelo que ela passou.

A respeito das dificuldades para além dos desafios impostos pela própria trajetória universitária, Maria traz um momento de grande dificuldade no tocante às dificuldades enquanto mãe:

“Um dos pais da minha filha eu botei na justiça pra pagar pensão, ele me jogou no conselho tutelar. Eu tinha que deixar por umas 2h minhas filhas as vezes sozinhas, não tinha como. Tive muito medo do conselho tutelar tirar minhas filhas, fiquei muito triste, me impactou muito.”

O relato acima demonstra a complexidade da intrincada rede de vulnerabilidade que se impõe às subjetividades marcadas pelos processos de exclusão. A ausência de recursos financeiros afetava diretamente todos os âmbitos da vida de Maria, como moradia, alimentação, transporte para locomover-se e cursar a faculdade, na qual deposita expectativas de melhoria de vida. Criar duas filhas sozinhas, sem emprego ou direitos trabalhistas e sem participação financeira do pai de uma das crianças tornava ainda mais urgente a busca pelo direito à pensão alimentícia da menina. Todavia, em disputas desta natureza, não é raro que o pai também se encontre em condições financeiras desfavoráveis ou que, por outros motivos, busque reverter a questão responsabilizando a mãe por alguma impropriedade. Aliado a este fato, a ausência de dispositivos da assistência e da educação que pudessem assegurar à Maria o lugar de cuidado às suas filhas enquanto esta trabalhava e/ou estudava, por exemplo, creches ou escola de tempo integral -, a obrigavam a deixar as filhas algumas vezes sozinha, o que configura, na forma da lei, ato de negligência parental. Diferentes e simultâneas formas de desamparo colocaram Maria ainda mais vulnerável e ameaçada pela própria estrutura do Estado. O evento é narrado como situação que a mobilizou intensamente ao longo da graduação, sobretudo dada a forte vinculação com as filhas e dos sentidos que atribui à vida familiar e à maternidade que exerce. Faltando dois meses para a conclusão de seu curso, Maria suspira de alívio e felicidade, e a todo momento durante a narrativa, expressa não acreditar, que como mãe solteira e inúmeras dificuldades irá se formar.

Após esses 4 anos, eu posso dizer que venci. Muitas pessoas me ajudaram. Para mim a faculdade é um sonho na minha vida, porque eu sei que vou crescer. Meu sonho é escrever um livro sobre minha história, porque eu já passei por tanta coisa, e tem gente que desiste tão fácil.

O discurso religioso é marcado por uma força, um Ser superior que ela nomeia enquanto Deus, e traz essa fé como a grande responsável pela sua chegada “ao topo” e superação das adversidades. A história confirma que ao longo de todos os registros disponíveis seres humanos construíram narrativas centradas em torno de elementos para produzir sentido sobre a natureza, sobre si próprios, sobre toda sorte de fenômenos e sobre existência em si. A filosofia da ciência divide estas narrativas basicamente em discurso religioso, discurso filosófico, discurso científico, discurso artístico e discurso do senso comum (OLIVA, 2003). Para alguns grupos ao longo da história ou marcados por diferentes culturas, não há necessariamente distinção entre os discursos, não sendo necessário, por exemplo, distinguir o que deriva da fé ou da comprovação via experimentação. O legado ocidental da racionalidade científica prima pela diferenciação dos discursos, deixando a fé e religiosidade fora do escopo do que se compreende como ‘realidade dos fatos’, residindo somente no campo da crença. Contudo, os modos de subjetivação produzidos no ocidente derivam do valor e sentido que atribuímos tanto à ciência quanto ao senso comum, à religião e à arte. Assim, numa perspectiva embasada em uma compreensão histórico-cultural, não cabe no eixo analítico aqui utilizado, atribuir maior ou menor valor ao que Maria intitula como derivado da fé ou da ação de Deus. Importa compreender os sentidos atribuídos aos eventos que compõem sua trajetória.

Maria atribui a Deus o sucesso em sua trajetória e à superação dos percalços. Não cabe enquanto pesquisadora confirmar ou refutar a experiência de Maria sobre este ou qualquer aspecto. O que é possível apreender da fala de Maria que aquilo que realmente fez a diferença em sua trajetória, é atribuído a algo que não se pode enxergar, mas se pode inferir a existência. Dentro de algumas perspectivas analíticas da ciência, este algo poderia ser interpretado como ‘ideias’, ‘crenças como motivo’ ou ‘motivação’. No entanto, a importância do sentido atribuído por Maria, esse elemento é advindo da fé, sendo forte o suficiente para apoiar seu projeto de vida ou sentir-se assim apoiada. Cyrulnik (2019) em sua obra intitulada *Psicoterapia de Deus*, afirma que quando o seio familiar e cultural lhe oferece uma espiritualidade, existe um dispositivo mental que facilita encontrar suporte afetivo, a solidariedade e a transcendência são suficientes para dar continuidade a vida. Aqueles que tem fé e que enfrentam uma existência difícil, advindos de uma precariedade social, necessitam desse mecanismo de defesa. Segundo Cyrulnik (2019) quando existe o encontro da espiritualidade e da religiosidade, esses crentes

lutam com êxito contra as dificuldades de viver. A cultura e o cérebro associam-se para levá-los a superação das adversidades. Para o autor, a espiritualidade é vital e não rara de ser observada na narrativa de pessoas que relatam superação das tragédias da existência.

4.3 “COMO JOSÉ DO EGITO”: MOVIDA POR SONHOS

“Essa faculdade vai ser o passaporte para os meus sonhos...”

Maria fala que para um projeto educacional ser bem-sucedido é fundamental a participação e incentivo dos pais. Contudo, esse tipo de suporte não ocorreu em sua vida devido ao fato de a mãe ser analfabeta e não ter convivido com o pai ou substituto paterno por longo período. Maria fala que a obrigatoriedade de estudar em sua família era somente por causa do Bolsa Família, o que nos faz pensar nos impactos concretos, diretos ou indiretos deste benefício. A jovem relata que se a frequência não estivesse em dias, o benefício era cancelado. Dessa forma, a mãe providenciava matrícula escolar a todos. Mesmo assim, Maria destaca que sempre gostou de estudar e que o benefício não era o seu elemento motivador. Seus irmãos, porém, tiveram trajetórias de evasão e fracasso escolar. A essa constatação disse que um de seus irmãos fez até a quinta série. Comenta o quanto é inteligente e o considera bem-sucedido por possuir hoje um negócio próprio – uma distribuidora -, com quem ela trabalha. Maria diz estimulá-lo para que volte ao estudo e que somente agora este aprendeu a escrever seu nome. O relato sobre o irmão, que cursou até a quinta série, mas que a despeito de alcançar tal escolaridade não sabia escrever o próprio nome, remete novamente à reflexão de que o ensino público e gratuito assegurado a todos no nível fundamental da educação, não cumpre seus propósitos isoladamente. O acesso à escola – e mesmo a aprovação nas séries escolares – não traduzem a complexidade da desigualdade social no país. Maria tenta ensinar este irmão, contagiá-lo por seu sonho, mas por ser homem este se sente envergonhado. Tenta ajudar as irmãs mais novas também, incentivando e aconselhando a valorizarem os estudos, no entanto percebe que estes não partilham do mesmo interesse que move seu ideal.

Antes da Maria, frequentar escola ou mesmo a experiência que tiveram no âmbito da educação não havia feito muito por essa família. De certa forma é compreensível a postura apresentada por seus irmãos. A este respeito, Matín-Baró (1996) ao descrever a desigualdade social dos povos latino-americanos, nomeia de *fatalismo* um processo que significa uma percepção construída de si e do entorno social, construído no social, de que não adianta você

lutar por nada, você nasceu nessa condição, vai continuar nessa mesma condição. O autor fala da importância da recuperação da memória histórica para reconhecimento de sua potência por parte dos próprios sujeitos, valorizando as virtudes e saberes populares e desideologizando o senso comum, que nega a possibilidade de movimento e transformação. Maria rompe com o fatalismo quando se relaciona com a escola e com a educação de modo distinto e decide apropriar-se dessa experiência de forma transformadora e emancipadora.

A relação da Maria com seus estudos que sua crença de que a educação seria o caminho que faria a diferença em sua vida. Embora ela não tenha detalhado durante a entrevista, é possível inferir que ela teve uma história em algum contexto, que na escola, quer em sua comunidade ou outras experiências, que produziu algum significado sobre a Educação bastante positivo e protetivo, de tal forma que ela se mantém firme a esse projeto e não desiste dele, mesmo em meio as adversidades. Quando Maria aconselha seus irmãos a estudarem, ela desafia a força motriz que produz a realidade social. Implicitamente parece dizer: “você podem ir além, o estudo permite ir além”, como uma construção muito potente de si.

A relação não só de Maria, mas de toda a sua família com os Eixos Educação e Assistência levam a reflexões importantes: Bolsa Família e Escola possuem, na sua gênese, uma relação imbricada, mas que, na prática, não se efetiva em seus propósitos. Todos da família de Maria, em tese, teriam asseguradas a permanência na escola – e, se esta fosse bem-sucedida, a sua continuidade, com potencial força transformadora. Todavia, os irmãos de Maria tornaram-se invisíveis, a despeito do acompanhamento da política de transferência de renda. E mesmo Maria, a qual prosseguiu os estudos movida pelo seu sonho, também permaneceu invisível considerando que, a despeito de seu grande interesse pelos estudos, sofreu violações de direitos na infância e adolescência, fatos que facilmente poderiam ter levado Maria a desfechos semelhantes aos seus irmãos. Deste modo, em que medida os órgãos das políticas conseguem identificar esses motores resilientes de transformação, não só individual, mas coletiva? Maria narra em diversos momentos que, para além do seu sonho pessoal, ela quer mudar o seu coletivo. Maria é um motor de transformação coletiva. Em termos geracionais ela já mudou, sendo a primeira de sua família a alcançar o nível superior, desafiando inúmeros entraves em sua trajetória, dialogando com seus irmãos sobre formas possíveis de crescimento.

Maria compara sua história com a de José do Egito⁴, que foi humilhado pelos próprios irmãos, mas no fim ajudou a todos. Atribui à sua religiosidade o fato desgostar de fazer o bem,

⁴ José do Egito é um personagem bíblico, narrada nos capítulos 37 a 50 do livro do Gênesis. José era filho de Raquel e Jacó, que foi vendido para o eunuco (capitão da guarda) do Faraó do Egito como escravo pelos seus irmãos. Três características fazem José se destacar: beleza física, integridade e inteligência; que atrai a esposa do

mesmo a quem lhe fez mal. Tal como José, também sonha com a transformação da realidade, resgatando o seu povo em sofrimento. Em seu sonho, não relata apenas o desejo de sua transformação, mas fala que pensa em abrir uma escolinha para as crianças de seu bairro, para que dali saiam para a faculdade, e que esse local não seja mais conhecido como um local de criminalidade.

Maria tem uma percepção de sua história, implicada no contexto social, onde ela consegue olhar para além de seu sofrimento e se vê como autora de sua história, protagonizando também a transformação da história da coletividade. A própria escolha do curso de Pedagogia e o que ela pretende fazer - uma escola em seu bairro -, implicam no reconhecimento de que as pessoas em vulnerabilidade são pessoas com potencial, pois ela se vê assim. De certo modo, Maria anuncia não compartilhar com as teses neoliberais, que forçam as subjetividades à crença no individualismo, pregando que podemos vencer com nossos próprios esforços. Embora Maria tenha uma força individual, que é fundamental, vemos que o que autores como Cyrulnik (2004) definem como um núcleo resiliente forte, é uma tessitura de experiências que integram individual e social, assim como os tutores de resiliência que ela traz como referência. A própria Educação é significada por Maria como um tutor de resiliência, como uma bandeira que ela vai levando para frente. Apoio coletivo, leitura crítica da realidade, desafiar processos sociais instituídos através de linhas de fuga, são outros exemplos destes processos resistentes que ela reúne.

Cyrulnik (2004) define tutor de resiliência como alguém, um lugar, um acontecimento, uma obra de arte, uma experiência, que provoca um renascer no desenvolvimento psicológico, após um trauma ou sequência de eventos adversos. Pode se tratar de um adulto que encontra uma criança e que assume para ela um significado, de um modelo de identidade, ao ponto de transformar sua existência. Mas também pode ser a existência de dispositivos culturais em determinado grupo ou comunidade, que permita lugares de reorganização dos recursos de enfrentamento da realidade. A esse exemplo, Cyrulnik (2004) fala de culturas que possuem como prática contação de histórias, música, os quais constituem verdadeiros espaços e formas de participação na vida social.

eunuco (Potifar). Ela arma para parecer que ele o seduziu e por isso, José é preso. Na prisão tem sonhos relevantes que o faz ser nomeado Primeiro-Ministro e o responsável pela administração agrária de todo o território em períodos de cheias e secas. Nesses processos ele se destaca, além de receber toda sua família, saciar a fome de todos e perdoá-los pelas atrocidades antes feitas conta ele. Disponível em: <<https://franciscanos.org.br/vidacrista/jose-do-egito-uma-novela-politica-de-morte-gn-37-50/#gsc.tab=0>>. Acesso em 04 de julho de 2021.

Apesar de ter sido sonhado para si, seu projeto não é individual, seu desejo de transformação transcende até mesmo o seu núcleo familiar. Maria tem uma consciência não alienada, ela reconhece que as pessoas estão com sua potência de ação limitadas, que o “vai e vence” não são suficientes. Como parte integrante dos seus sonhos, a casa própria é aguardada desde os dezessete anos de idade. Cadastrada no PROSAMIM⁵, acredita que será contemplada com uma indenização onde poderá comprar sua moradia.

Para a vida profissional faz planos em prestar concursos para o interior do Estado do Amazonas, pois acredita que melhores salários são ofertados. Ao mesmo tempo, narra que gostaria de ir para o município onde sua mãe vive atualmente, oferecendo-lhe melhores condições de vida e, quiçá, construindo com ela um novo momento na relação entre ambas.

O sonho de chegar à universidade foi construído ainda em sua infância, sendo fortemente arraigado às experiências com a figura materna, como visto na fala a seguir:

“Eu não consigo me lembrar um dia que eu possa dizer que minha mãe me deu um abraço, mas mesmo que ela fosse assim eu sempre quis dar a casa dela, ter a cozinha dela, então eu sempre tive esse sonho, dar um futuro melhor pra minha mãe, pra meus irmãos”.

Seu grande entrave surge aos treze anos de idade, quando se vê obrigada a sair de casa por conta de seu padrasto, que mudou o comportamento passando a aliciá-la. Essa mudança trouxe muitas dores, pois nutria grande amor por este, considerando-o como um pai.

Ao sair de casa foi morar no bairro Grande Vitória com um adolescente de dezessete anos. Ainda assim não desistiu de seus estudos, fazia caminhadas longas, pegando atalhos até a escola no bairro de Armando Mendes, distância aproximada de 3,2 km, 42 minutos de caminhada (FIGURA 01). Sua preocupação estava em não perder essa vaga na escola, pois caso contrário, precisaria de sua mãe para intervir. E sabia que esta não lhe ajudaria, pois estava com raiva.

⁵ Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) surgiu em Manaus com o objetivo de resolver os problemas sociais, urbanísticos e ambientais da cidade. Foi financiado em grande parte pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

FIGURA 1. Distância de Grande Vitória à Armando Mendes, Manaus.



Fonte: Google Earth (2021).

A saída de casa aos treze anos e a trajetória longa e cansativa de Maria a caminho da escola denota uma potência de vida e de transformação, que Sawaia e Silva (2019) vão denominar de subjetividade revolucionária. A Subjetividade Revolucionária é o humano do homem, é ele introduzido na luta de classes, sofrendo pressões alienantes, e sendo uma subjetividade não assujeitada. Essa subjetividade revolucionária não permitiu por exemplo que os negros deixassem de alimentar o desejo inabalável por liberdade. Sawaia e Silva (2019) relatam que já caímos no erro de classificar de alienação uma ação direcionada pelo desejo de perseverar na existência, como pode ser observado em FAPESP (2017).

Nesta pesquisa, sobre a diáspora negra pós-abolição, é visto que muitos comportamentos criticados como alienantes, na verdade, eram modos de libertação e sobrevivência, tais como: responder aos senhores, provocar pequenos prejuízos, entre outros, estratégias criadas por mulheres negras para desvalorizar o próprio preço. Sem dúvidas a subjetividade sofre pressões de assujeitamento para se alinhar ao processo de reprodução da ordem desigual capitalista, mas o bloqueio não é pleno. Sempre escapa. Sawaia e Silva (2019) citam Vigotsky, acerca da liberdade, que essa só é possível através da imaginação. Liberdade não apenas, das amarras impostas pela natureza biológica, ou pela natureza de um modo geral.

O Revolucionário da Subjetividade, vem de uma perspectiva Marxista, para indicar a abrangência da transformação, que essa subjetividade tem, não é uma transformação singular, mas coletiva, não é privada, mas social, atua na transformação de si e do outro, não é mudar a

própria vida, mas mudar a vida de todos. Ela pressupõe revolução. A subjetividade revolucionária está atrelada a lógica da resistência ao poder, a uma perspectiva claramente transformadora, portanto não abandona o terreno clássico da luta de classes. Não haveria luta social que não fosse revolucionária se ela fosse assujeitada, como teríamos o novo? A contestação (SAWAIA; SILVA, 2019).

Podemos refletir na história de Maria que sua genitora se apresenta ora como fator de risco, ora como fator de proteção. O padrasto que vem a se tornar seu abusador, é também sua primeira representação paterna de afeto e de amor. Na relação com a mãe, o movimento dialético é apresentado a todo momento em sua fala. Quando faz afirmações que não teve o amor de sua mãe, imediatamente destaca ser uma boa mãe. Quando verbaliza não ter apoio e reconhecimento, expressa que seu desejo é proporcionar o melhor para essa mãe. São movimentos de distanciamento e de aproximação. O que acontece na trajetória de Maria, que vai adquirindo sentidos de proteção e de risco, é justamente onde a vulnerabilidade e a resiliência se intensificam.

“Passei esses tempos mesmo assim estudando porque sabia que isso que ia me tirar do fundo do poço. Aí depois saí de lá e vim construir minha casa na ponte. Ainda não tinha engravidado. A parte do meu banheiro desabou, caiu todas as madeiras, cai no igarapé, fiquei toda roxa, as tábuas tinham caído em cima de mim. Aí fiquei com muita dor, fui ao médico e descobri que estava grávida, mesmo tomando anticoncepcional”.

Segundo González Rey (2003), a nossa subjetividade é social e individual, de forma indissociável, Maria tem uma singularidade, e ao mesmo tempo ela porta uma universalidade desse social. Nesse caso ela porta pelo avesso, ela porta o que não é visto por uma subjetividade legitimada. De uma família numerosa, não sabe quem é seu pai, é abusada pelo padrasto, foge de casa aos treze anos, ou seja, toda a sua história é um avesso do que a sociedade vai dizer, de como deve se constituir uma subjetividade feminina, ela está excluída, e o fato de estar excluída quer dizer que ela também está inscrita por essa sociedade. Essa subjetividade não é reconhecida, mas deveria ser, nós produzimos essa subjetividade.

A dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade consciência e inconsciência (SAWAIA; SILVA, 2001, p. 9).

A casa na ponte estava prestes a desabar. Sua mãe não lhe ofereceu acolhida, o que era expectativa de Maria. Uma vizinha lhe falou sobre um auxílio que poderia estar recebendo através de uma visita da Defesa Civil e Assistência Social. Para situações que envolvam a vulnerabilidade de moradia semelhante a qual Maria passou, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências- SEMASC, pertencente a Proteção Social Especial de Alta Complexidade atua realizando o cadastramento da família para a concessão de auxílio aluguel e outros benefícios eventuais. Após a vistoria dos órgãos responsáveis, Maria passou a receber um auxílio aluguel, no valor de trezentos reais, que atualmente paga pelo aluguel da casa onde mora. Essa casa é de seu irmão, que na ocasião fez um preço um mais em conta para que esta pudesse morar com as filhas. A mudança de casa trouxe mais segurança e conforto. Na ponte onde residia, como se não bastasse os problemas estruturais e as alagações, o tráfico de drogas e a prostituição eram uma preocupação a mais.

Aqui não alaga, não tem que passar por aquela lama podre, que a água dá até o joelho, minha vida melhorou, minha autoestima, aqui está muito melhor.

Além do auxílio aluguel, Maria afirma que recebeu uma única vez uma cesta básica da SEMASC (Mulher, Assistência Social e Cidadania).

Observamos que o direito à moradia sempre foi um direito violado, desde o início. Quando Maria narra os percursos desses locais: a moradia da mãe em local vulnerável, quando vai morar com o namorado e o retorno para a ponte, mostra essa peregrinação e mostra também a luta pela possível, longe de moradia digna, mas a moradia “possível”, em condições de muito sofrimento. Ela reconhece a vulnerabilidade de crescer e estar em um ambiente negligenciado em termos de direitos, de cidadania, ela reconhece o quanto essa vulnerabilidade impacta no desenvolvimento e nas possibilidades de vida.

A Assistência Social sempre esteve presente na família de Maria, através do Bolsa Família principalmente, mas essa política não deu conta de enxergar Maria e sua família. Talvez sua história pudesse ter sido conhecida, quando teve seu direito violado aos treze anos, através do acompanhamento do CREAS - Média Complexidade, ou mesmo em um Serviço de Acolhimento para a Proteção de Crianças e Adolescente- Alta Complexidade, quando foge de seu lar e vai morar com outro adolescente. A Assistência Social poderia estar, mas não esteve. A falta de articulação com outras políticas, também é um fator a se considerar, principalmente a Educacional. Ressalta-se que os sistemas públicos não estão preparados para atender os sujeitos de forma contínua e integral. Sempre se volta para o mesmo ponto, uma eterna

vitimização. Esse modelo de Assistência não dá conta muitas vezes de tornar conhecidas as subjetividades revolucionárias.

Quando chega a Política de acesso ao Ensino Superior, vemos que muito do que a Maria conseguiu dependeu de ações que partiram dela, uma vez que os agentes institucionais estão sempre à margem de questões centrais da vida dos beneficiários. Apesar de transitar pelos beneficiários de forma aparentemente solitária, o cuidado enquanto ação concreta, não os acompanha.

Sobre outros auxílios recebidos, Maria afirma que recebia o Bolsa Família, mas que era apenas trinta e nove reais, o que dava somente para a fralda. O grande diferencial aconteceu através do auxílio emergencial em decorrência da pandemia do COVID-19.

Para muita gente a pandemia foi horrível. Para mim foi a melhor coisa que aconteceu. Porque fiquei estudando online, antes tinha que deixar minhas filhas na creche e só chegava na faculdade quase 21h. no início foi difícil porque tinha que pagar internet. Mas depois comecei a aprender e não tinha mais o cansaço de deixar minhas filhas. Aí veio o auxílio, e aí que consegui comprar algumas coisas para mim, móveis, televisão, um celular bom, liquidificador, batedeira, roupa para as minhas filhas. Esse auxílio me ajudou muito.

A fala da Maria expressa implicitamente um pedido de desculpas, é um reconhecimento de uma tragédia sem tamanho, mas no meio dessa tragédia, enquanto muitas pessoas estão acometidas do adoecimento, não somente da saúde física, como a saúde mental, por conta das mudanças que a pandemia gerou, ela está dizendo “Mas, eu...” e dá um sinal de saúde advinda desse contexto “pela primeira vez...” Isso é sinal de saúde, quando pensamos no próprio conceito de saúde e seus fatores determinantes conforme preconiza o SUS.

O consumo é fundamental para o bem-estar nas sociedades, tais quais elas estão organizadas, é fundamental para a percepção de bem-estar, não um bem-estar absoluto, mas para que você se sinta bem, pertencente, para que você tenha acesso a certas formas de comunicação (internet, smartfone, conta bancária). Então a própria sociedade passa a funcionar exigindo que você consuma determinados serviços e bens. Se você não consome, se você está excluído da possibilidade de consumir, qual o sentimento que você tem? De não pertencimento. Destaca-se que ‘consumir’ não é igual a ‘bem-estar’. Todavia, a percepção de bem-estar que advém de um consumo é produto da sociedade, uma vez que o consumo permite ser reconhecido. Sendo, portanto, pela via do consumo que se consegue ter certas demandas atendidas, então é inegável que a possibilidade concreta de consumir resulta em uma diferente

percepção de si, como quando Maria relata não possuir um telefone celular nos primeiros anos da faculdade.

Essa vivência subjetiva-intersubjetiva é identificada dentro do movimento dialético. Foi necessário chegar no nível mais profundo e grave da vulnerabilidade, passar por uma pandemia global, para se ter acesso a um auxílio emergencial minimamente digno. Foi necessária uma pandemia que mexesse na estrutura social e econômica de tal maneira que possibilitasse levar um auxílio emergencial mínimo para a sobrevivência de uma família. Observar que mesmo sendo mínimo, o valor modifica as condições concretas e também subjetivas de existência. O mínimo para se ter uma inserção cidadã. Ao contrário do que se propaga a respeito das famílias que recebem auxílios, vemos em Maria exatamente o oposto. Primeiramente vemos o quanto é importante que haja políticas de transferência de renda para situações específicas e diversos contextos, sejam eles crônicos ou emergenciais. Em segundo lugar, Maria, mesmo como beneficiária, possui um olhar crítico à realidade social e ao contexto da desigualdade, e não quer depender desses auxílios. Entende que tais auxílios sejam por hora necessários e justos, enquanto sua potência de ação está limitada. Sawaia e Silva (2019) afirmam que o nosso erro é pensar que na pobreza não há estratégias de libertação.

Para complementar sua renda trabalhou com múltiplas vendas: Jequití, Avon, sandálias, e as roupas no brechó.

Essa faculdade vai ser uma motivação, uma coisa que era impossível, e eu venci. Falta dois meses para acabar, mas eu venci.

Ao falar que está prestes a se formar, traz num relato carregado de um desejo de emancipação, ela reconhece nessa criticidade que ela é produtora dessa realidade e não apenas um produto, ela faz a realidade dela se movimentar,

Quando eu me formar, vem toda a minha família junto.

Maria pondera que ainda existem pendências como universitária, estágios, horas complementares e a contrapartida do Bolsa Universidade, o principal entrave foi não ter quem cuide de suas filhas, no entanto é otimista que logo tudo se resolverá. Relata que a pandemia favoreceu realizar atividades em modo remoto, gerando menos ônus ao seu limitado orçamento.

Maria finaliza sua narrativa bastante emocionada, refletindo que sua história está apenas no início, que os estudos são tudo em sua vida, que podem lhe tirar tudo, mas seu conhecimento

não poderá ser tirado por ninguém. Sonha em ter o reconhecimento de sua mãe, gostaria que esta sentisse orgulho de sua trajetória, o que reforça a ideia de que Maria não fala apenas de si, mas que lança um olhar sobre sua trajetória enquanto uma trajetória de gênero, onde ela, atrelada à história da mãe, sente-se sempre implicada com a condição do feminino e das adversidades do que é ser mulher e mãe.

A pedido da equipe de pesquisa, Maria escolhe este nome para representá-la, uma homenagem a uma ‘Maria’ forte, que merece destaque em sua história. Finaliza dizendo ter vontade de escrever um livro sobre a história de sua vida, dizendo estar feliz por ter compartilhado sua trajetória com a equipe. Ao ser perguntada que título daria ao livro da sua história de vida, ela imediatamente responde: “Desistir nunca!”, tal como Sísifo que, mesmo cansado da trajetória e sabendo que ainda irá rolar a pedra outras e outras vezes, revela um senso de felicidade pela ação dotada de sentido que realiza.

4.4 AFINAL, QUEM É SÍSIFO?

Ao incluirmos no ‘nome’ de Maria o complemento ‘de Sísifo’, tomo cuidado para que, de forma alguma, o sofrimento de Maria seja romantizado, aos moldes neoliberais e meritocráticos que dizem que qualquer um pode chegar lá, dependendo unicamente de seus esforços. Minha reflexão ao narrar essa história, trouxe inquietações e me fez enxergar que há muitos Sísifos rolando pedras, ainda que nem todos se reconheçam como autores e transformadores de trajetórias individuais ou coletivas. Atuando na política pública de Assistência Social e em articulação com as demais políticas envolvidas nesse contexto, vejo a mim mesma enquanto um Sísifo, ao perceber que o interesse principal dessas políticas está no funcionamento institucional, na burocracia e operacionalização em um nível muito superficial, se considerarmos a complexidade das histórias de cada família ou beneficiário. Quando se fala em políticas públicas, o que se apresenta são números, estatísticas e esse é o parâmetro de que algo está sendo feito. Estamos carregando pedras, mas sem pensar nas transformações e no movimento autoral necessário de ser empreendido por cada um de nós nessa subida, de modo autoral e emancipatório, compreendendo nosso lugar e as circunstâncias que incidem sobre esta tarefa.

Na Assistência Social as possibilidades de se vivenciar o sofrimento ético-político são inúmeras, mas ao verificarmos os prontuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) isso não aparece, a esse respeito Sawaia e Silva destacam que,

Não raramente mantivemos o separatismo epistemológico, trabalhando sob o paradigma da determinação causal (não histórica) e da racionalidade como se os sentimentos pudessem ser destruídos com críticas racionais. Isso ocorre de forma exemplar na atuação da psicologia no SUAS, em que se foca na pessoa em estado grave de sofrimento ético-político, mas contraditoriamente o sofrimento não aparece nos documentos oficiais do SUAS. A pessoa sofre, mas o sofrimento não é objeto de análise para a intervenção; a atenção está no sintoma, em resolver o problema, mas não em apreendê-lo a partir das contradições em que o sofrimento é produzido em uma determinada subjetividade histórica (2019, p. 23).

A essa constatação destaco minha dificuldade ao fazer a pesquisa documental nos prontuários do Serviço de Calamidade, uma das atuações do nível de atenção da Alta Complexidade (SUAS), onde pude verificar a insuficiência de informações sobre as trajetórias escolares das famílias atendidas, que dirá os sofrimentos que a desigualdade social impõe.

Refletindo sobre o compromisso social da Psicologia Sawaia e Silva (2019) afirmam que o descaso com uma mais apurada definição da categoria subjetividade tornou a perspectiva sócio-histórica, alvo de críticas acerca de uma politização da Psicologia que, muitas vezes, nega o particular, o desejo e uma certa individualidade, ao passo que propaga a luta de classes como a solução para as dificuldades psíquicas. Entre a ação política e o cuidado, a psicologia sócio-histórica tem sido acusada de escolher somente a ação política. E não seria incorreto afirmar que, não raramente, ficamos; paralisados pela impossibilidade de escolher entre o sujeito e o social, e o resultado é que ficamos imobilizados.

A trajetória de Maria traz a reflexão de que a práxis psicossocial, em meio a desigualdade, precisa necessariamente considerar a Afetividade e o sofrimento Ético-Político como fundamentais. Desta forma é possível se ter a possibilidade de as políticas públicas atuarem para além das contingências e das necessidades. Precisamos pensar esse sujeito, além do sujeito de direitos, pensar o sujeito em sua condição humana. As políticas públicas podem potencializar a condição do Ser, que persevera na existência. É preciso trazer à tona as políticas públicas como potência de vida atrelada ao Ser de direitos.

É preciso que sejamos, profissionais politicamente comprometidos com as transformações sociais, como mediadores que busquem sempre um espaço de liberdade e invenção de novos processos de subjetivação que sejam revolucionários. Assim como garantir a escuta do sofrimento ético-político, inerente aos processos de desigualdade social, é preciso refinar nosso olhar para as lutas travadas por essas pessoas pela sobrevivência diária, que revelam a potência criativa presente no enfrentamento dessas situações, salientado, na maioria das vezes, apenas como o espaço da falta.

Maria não é totalmente Sísifo, no sentido de que ela busca caminhos que não o percurso infundável, repetitivo e inútil, rumo lugares sociais que antes improváveis, a saber, possuir uma formação em nível superior. Ao contrário do Sísifo mítico e da maior parte dos Sísifos dos meios populares, Maria está quebrando o ciclo da impossibilidade. Por outro lado, e expressando o próprio movimento contraditório, Maria é o próprio Sísifo, quando pensamos que, a despeito de suas lutas, de empreender uma trajetória singular, de deixar sua marca não somente na pedra, mas em suas próprias mãos e na trilha da montanha, é possível que, ao pôr-do-sol, a pedra role novamente e revele a Maria que possuir o diploma não é suficiente, quando se tem uma sociedade com mecanismos poderosos na manutenção das desigualdades e que, tais mecanismos, provavelmente não terão em conta a trajetória única de Maria quando a ela forem cobradas experiências estranhas ao seu universo, modos de apropriação dos conteúdos acadêmicos que só um conjunto restrito da população escolarizada e de universitários possuem o privilégio de dispor. Nestes processos, num novo refinamento de classificação e distribuição da população no mundo do trabalho em nível de formação universitária, cabe perguntar se Maria de Sísifo poderá fixar sua pedra no topo da montanha e descansar deste labor ou terá, diante de si, a retomada da tarefa que tem feito com que defina sua vida como um eterno ‘não-desistir’.

5 JULIANA, A FÊNIX

“Pois, quando sou fraco é que sou forte”

2 Coríntios 12:10

5.1 PRIMEIRAS PALAVRAS: O MITO

Vários povos da antiguidade utilizavam os mitos para explicar diferentes questões da vida humana. Um desses mitos refere-se à Fênix, um pássaro lendário que, após morrer, ressurgue das próprias cinzas. Não bastasse o seu renascimento, a Fênix ainda tem como característica uma força extraordinária, capaz de carregar cargas muito pesadas durante o voo. Devido a esse caráter simbólico, envolvendo renascimento, superação e esperança no futuro, a fênix tem sido frequentemente associada à resiliência para explicar a capacidade de enfrentar e superar situações desafiadoras ou dramáticas, ainda que tal relação nem sempre ocorra de forma aprofundada.

Se existe um mito que nutre praticamente todas as doutrinas, culturas e raízes lendárias de nossos países, é sem dúvida o que se refere à ave Fênix. Foi dito a seu respeito que suas lágrimas produziam cura, que ela tinha grande resistência física, controle sobre o fogo e sabedoria infinita. Era, em essência, um dos mais poderosos arquétipos defendidos por Jung, porque em seu fogo estava contida tanto a criação quanto a destruição, a vida e a morte (SIMÕES, 2019).

Também é interessante saber que encontramos referências precoces à sua mitologia tanto na poesia árabe, na cultura greco-romana e até mesmo no legado histórico do oriente. Na China, por exemplo, a Fênix ou Feng Huang simboliza não apenas a mais alta virtude, poder ou prosperidade, mas também representa Yin e Yang, essa dualidade que compõe tudo no universo. No entanto, e isso vale a pena lembrar, é no antigo Egito, onde os primeiros testemunhos culturais e religiosos aparecem em torno desta figura e onde, por sua vez, muitas das imagens sobre a resiliência é moldada. Cada detalhe, nuance e símbolo que molda este mito, indubitavelmente, nos oferece um bom exercício sobre o qual refletir.

Viktor Frankl, neuropsiquiatra e fundador da Logoterapia, sobreviveu a tortura em campos de concentração. Como ele mesmo explicou em muitos de seus livros, uma experiência traumática é sempre negativa, no entanto, o que vier dele depende de cada pessoa. Quando

passamos por um momento traumático todos “nós morremos um pouco”, deixando ir uma parte de nós mesmos que não vai voltar, e nunca seremos os mesmos. A transformação está implícita no processo (SIMÕES, 2019).

Para Carl Jung, já mencionado, nossa semelhança com Fênix é que também essa criatura fantástica passa pela morte, - elemento a ser tomado simbolicamente por Jung -, ela também atravessou condições propícias para a morte porque ela sabe que de seus próprios restos surgirá uma versão de si mesma muito mais poderosa.

Se tomarmos, por exemplo, como a Fênix constrói seu ninho: procura os materiais mais ricos de sua terra, aqueles que combinam delicadeza e força, e que a ajudarão em sua transformação, em sua ascensão. Ao pensar sobre isso, vemos que esse processo é muito semelhante ao que molda a dimensão psicológica descrita por autores da resiliência, mas não na perspectiva deste ser um atributo inato ou exclusivo dos “invulneráveis” ou “invencíveis”. A resiliência é vista como processo e como construção. E tal como a Fênix, também procuramos esses elementos ‘mágicos’ com os quais construir um ninho forte para unir forças e tornar possível a vida, apesar das adversidades. É um processo entrelaçado no e com o social: depende dos movimentos, da ação, da atividade do indivíduo, que longe de ser isolado do social, se constitui em um contexto concreto, se depara com as condições existentes e que disponibilizam maior ou menor diversidade e qualidade de ‘elementos mágicos’, ou dos ‘tutores de resiliência’ produzidos cultural e socialmente em um percurso histórico.

Cyrulnik (2004) também parte dos estudos sobre resiliência a partir da Física, enquanto capacidade que determinado corpo tem que voltar a forma anterior, após passar por um processo de deformação. Contudo, é possível vê-lo como um teórico da resiliência cujas ideias dialogam com as vertentes mais críticas e sociais do conceito, indo além do entendimento desta enquanto capacidade do indivíduo para retornar ao seu desenvolvimento psíquico após ter passado por traumas, situações ruins em seu universo, tanto simbólico, como sensorial. De fato, Cyrulnik defende esta posição mas remete ao contexto e à dinamicidade do processo de constituir-se resiliente a ênfase de sua teoria: é a possibilidade encontrada nas relações e nos elementos sócio-culturais concretos e simbólicos que, ao encontro com a condição ativa, transformadora e produtora de sentido dos indivíduos, resulta nos processos de resistência, resiliência e transformação. Daí ser possível transcender o olhar sobre o mito da Fênix enquanto um ser que, por si só e isoladamente, descolado de qualquer aspecto da cultura ou do contexto socio-cultural, passaria por uma transformação mágica. A ‘mágica’, se pode ser assim descrita, só é compreendida na leitura do emaranhado indivíduo-sociedade que compõe as trajetórias singulares.

5.2 O VOO DA FÊNIX

[...] eu sempre pensei assim, eu quero fazer universidade porque eu quero vencer na vida, eu quero ter uma oportunidade tanto é que eu sou a 1ª pessoa da minha família a estudar no ensino superior, é uma conquista não só minha como da família toda [...].

Juliana, 24 anos, universitária do curso de Serviço Social, narra sua história logo de início circunscrevendo sua trajetória educacional. Relata que estudou em escola pública e em seguida pôde estudar em uma escola particular através de uma bolsa de estudos, a escola se chamava Centro Educacional Álvaro Botelho Maia, e depois estudou no Colégio Objetivo, também de iniciativa privada. Foi um momento produtivo financeiramente onde sua família pôde investir em seus estudos. Juliana avalia o quão díspares são os ensinamentos da escola privada em relação à escola pública. Para ter que se adaptar e acompanhar o ritmo, precisou de aulas de reforço. O retorno à escola pública se deu no segundo ano do ensino médio, finalizando essa etapa e em seguida tendo sua aprovação na UFAM, para o curso de Zootecnia.

[...] e aí dessa forma passou-se um tempo eu estudei em colégio público no 2º e 3º ano do ensino médio que isso até influenciou na questão mesmo de eu passar na UFAM eu acredito, porque tinha que estudar os 3 anos em colégio público mas eu pude colocar como cotas a situação de eu ser parda e também essa situação socioeconômica, e aí quando eu finalizei o ensino médio no ano de 2013, veio essa oportunidade em 2014 na época que eu tinha sido aprovada eu pensei muito “a eu vou querer realmente porque é meu objetivo de vida [...].

No entanto, foi necessário fazer uma escolha, entre estudar e trabalhar, e como Juliana era a única pessoa de sua casa que trabalhava, optou pelo sustento de sua família. O sonho de ir para a faculdade persistiu, e nos anos seguintes se inscreveu, no Programa Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus, seu objetivo era ser contemplada com uma bolsa de cem por cento, pois não teria como custear seus estudos. Foi quando no ano de 2017, pôde ser contemplada com uma bolsa para o curso de Serviço Social na Universidade Nilton Lins, foi um momento marcante, muito esperado e de muita felicidade. E conforme as condicionalidades do programa de bolsas, Juliana teve prestar serviços na Escola de Serviço Público- ESPI, local da Prefeitura onde funcionava a administração do Bolsa Universidade. Através dessa

contrapartida obteve destaque em sua atuação, e uma pessoa desse local fez o convite para que trabalhasse lá. E como não estava trabalhando, a oportunidade veio em boa hora.

5.2.1 Renascendo das Cinzas: o “fogo” transformador

[...] E aí teve essa situação da calamidade, do incêndio, e aí teve toda aquela dinâmica, a família do meu pai, toda não é de Manaus, eles são do Rio de Janeiro e a família da minha mãe é de um município do Ceará, que se chama Morada Nova, é bem pequeno, a maioria das pessoas nem conhece, porque não tem praia... E aí como não tem essa questão familiar, presente para dar um apoio... O estágio não é vinculado a uma questão trabalhista, então a pessoa não tem um respaldo legal nessas situações. E o meu pai não trabalhava, minha mãe trabalha com costura... eu lembro a primeira vez que eu vi a casa de não ter nada, realmente foi um choque de realidade, porque tudo que você conquistou ao longo da vida, você vai começar do zero, eu lembro de um momento de não ter uma havaiana pra poder usar porque realmente queimou tudo [...].

A vulnerabilidade de moradia surge na vida de Juliana e de sua família, após um incêndio com perdas totais que ocorre na casa, em uma tarde de agosto de 2019. A família se vê desolada diante do impacto advindo de tamanha calamidade. O incêndio foi ocasionado por um problema na rede elétrica da casa. No momento do desastre somente seu pai, se encontrava na casa. Na ocasião, muitas pessoas se reuniram no local, houve a cobertura de veículos da imprensa, e logo os bombeiros contiveram o fogo. Através do Corpo de Bombeiros, houve o chamado da Defesa Civil Municipal e da SEMASC. No laudo técnico da Defesa Civil, a triste constatação de que precisaria demolir o que restava de pé na casa, toda a estrutura estava condenada a desabar. Seria necessário, começar do zero, refazer tudo. A SEMASC procedeu com os cadastros e com a concessão de auxílio- aluguel. A esses primeiros atendimentos, Juliana afirma que foram de tratamento sensíveis e empáticos. O local da moradia está situado em um conjunto no bairro Parque Dez, a casa é herança de família, seu pai já exerceu uma liderança comunitária no passado, e sua mãe é costureira autônoma.

[...] A casa da minha vó, então tinham coisas na casa que por mais que reconstrua não vai ficar igual, então era as recordações que eu tinha no pátio da minha casa e isso era algo que o tempo não vai trazer e nem as fotos nada, isso é até estranho porque a gente perdeu todos os documentos e também perdeu nossos registros que é a questão mesmo de uma foto de uma situação diferenciada, tipo primeira festa de aniversário, nada disso tinha mais [...].

A princípio a família se instalou na casa de um vizinho que cedeu um local para que esses ficassem alojados. A família chegou a receber uma cesta básica da SEMASC, e recebeu ainda recursos de amigos para a reconstrução da casa, não o suficiente, mas algo que já poderia começar. Sobre a cesta básica, Juliana acredita que a secretaria se sensibilizou, ao ver que havia sobrado somente um peixe na geladeira, todo queimado. O que Juliana não fazia ideia, é que para fazer uma obra, os preços eram exorbitantes, como se não bastassem o preço dos materiais, ainda tinha a mão de obra. Com o início das obras, mais uma mudança estava prevista. Juliana e sua família foram morar no bairro da Cidade Nova, na ocasião iriam dividir o aluguel com um amigo, e assim ocorreu até o retorno para a casa.

[...] Eu achava que o Estado ou sei lá a prefeitura pudesse dar um apoio maior a essas pessoas que realmente não conseguem um recurso financeiro entendeu. Essa questão mesmo do auxílio feito pela secretaria SEMASC auxiliou muito porque logo no início quando eles custeavam a questão do auxílio-moradia lá a gente pegava esse recurso né compartilhava com a questão do morador lá que é o meu amigo, então assim ele via como melhor administrativa, por exemplo o aluguel do local de onde a gente residia era r\$ 800 tanto [...]

Juliana destaca que a família teve muita dificuldade por parte do poder público, principalmente os órgãos referentes a limpeza pública e infraestrutura. Além dos tramites burocráticos, para o que estavam precisando não houve apoio mesmo. A limpeza do local, o descarte do entulho foi de inteira responsabilidade da família, porém até descobrirem isso, foi necessário peregrinar nesses muitos órgãos e receber a negativa dessas solicitações. Destaca que somente a SEMASC, foi atuante quanto ao apoio, através do auxílio aluguel. Apesar de vulnerável, a família de Juliana não tinha familiaridade, e nem um trânsito pela Assistência Social. Foi necessário algo de extrema gravidade para que de certa forma essa vulnerabilidade pudesse ser assistida.

Em seus estudos, Heredia (2003) diz que o evento do desastre muitas vezes é natural, mas a tragédia é social, pois aponta para os problemas pré-existentes naquele local em que incidem os desastres e os danos acabam sendo proporcionais a essa precariedade social. Além disso, observando-se as estatísticas sobre os desastres no Brasil e em todo o mundo, nota-se o fator humano preponderando como determinante da magnitude das consequências desses eventos.

No que diz respeito aos afetados pelos danos de desastres, há uma invisibilidade de problematização na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Segundo os termos da

própria Política, o público usuário dela são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005a, p. 33).

Conforme já problematizado em seção anterior, há um distanciamento entre assistência social e educação. É justamente nas falas de Juliana que a percebe-se esse distanciamento, uma vez que é nítido o quanto a perda da sua moradia e da família afeta-a em diferentes sentidos, tanto nas questões práticas (externas), como nas questões mais individuais e subjetivas. A busca por uma solução para o problema era contínua, idem para as negativas dos órgãos para a resolução.

Todos esses fatores incidiam diretamente em seu desenvolvimento educacional, a exemplo da falta de apoio dos professores, da turma, da coordenação, no sentido de não apoiarem com doações, arrecadações e o abono dos 25% por parte da universidade, considerando a tamanha tragédia vivenciada pela estudante da instituição. Juliana faz uma reflexão sobre o fato de estar em um curso de Serviço Social e por ter tido a expectativa de receber maior apoio tanto das colegas quanto da instituição, diante do estado de calamidade que se encontrava com sua família. Sua reflexão repousou justamente no fato de supor que colegas, professores e a instituição de ensino entendiam a vulnerabilidade extrema pela qual estava passando.

5.2.2 Carregando o mundo debaixo das asas

No mito, observamos que a Fênix, faz um sacrifício consciente: sabia que seria para um bem maior, sabia que tinha forças suficientes para lidar com a morte e voltar dela radiante. Ela tem grande força, mesmo sendo relativamente pequena. O peso que ela podia sustentar superava o da lógica humana.

[...] E aí a universidade ela não me dá um respaldo, pelo menos para mim não foi assim, os meus professores foram solícitos logo no início, mas é aquela coisa, tem que continuar, se é o teu objetivo, então vai, e muitas vezes eu ia jogada para a faculdade, eu tinha toda uma questão de logística diferenciada, pegava mais de um ônibus e ainda precisava de ir ao terminal, o que é horrível às 17:30h. Então tudo isso afetou muito o meu emocional, na questão de se colocar no lugar do outro de que as pessoas estão passando por problemas.

As dificuldades aumentaram e as cargas ficaram mais pesadas. Administrar o estágio, as obras da casa e a faculdade trouxeram consigo muitos imprevistos. O mais difícil de lidar: a graduação. O incêndio em sua casa foi amplamente divulgado na mídia pelos principais jornais da cidade. Houve a iniciativa de arrecadação por meio da internet. Em sua fala, Juliana diz que tanto seus professores e a coordenação do curso sabiam do ocorrido. Juliana esperava receber compreensão e até apoio consistente da instituição de ensino em diferentes formas (doações de alimentos, campanhas de arrecadações diversas e o principal as mensalidades). Todavia, o limite da expressão de suporte recebido pelos professores, por exemplo, é que estes que sentiam muito pelo ocorrido.

Juliana carregava sempre em sua bolsa, os documentos referentes à calamidade sofrida: o boletim de ocorrência, laudos, cópias de documentos, para que pudesse ter respaldo em suas solicitações. É possível ver que estar munida constantemente das evidências concretas e oficiais da tragédia vivida e impactos que perduravam, foi uma forma encontrada por Juliana para enfrentar as negativas ou lembrar aos demais sobre sua situação. Porém, conforme relata, apresentar os documentos não era suficiente.

A bolsa de Juliana era de 75% no custeio da mensalidade do curso, sendo a jovem responsável por custear os 25% restantes por meio de pagamento mensal direto à instituição de ensino. Contudo, após o incêndio, Juliana ficou impossibilitada de custear os 25% que lhe cabiam. Comenta que mesmo parecendo pouco, era um valor o qual ela não tinha condições de arcar. Em resposta ao não pagamento deste percentual, narra que imediatamente a universidade bloqueou o acesso a matrícula em disciplinas, e ela teve que lutar por isso, o conselho advindo da coordenação do curso de Serviço Social foi: ‘vai lá com o reitor e vê, se você consegue alguma coisa’. Juliana foi, e conseguiu, porém, com muita dificuldade e tendo que parcelar os débitos no cartão de uma vizinha que se dispôs a ajudá-la.

[...] Em relação a faculdade eles só viam assim “a aconteceu um incêndio, poxa que triste”, mas não pensam em poder me ajudar, nem na questão de auxiliar e poder parcelar numa situação melhor que pudesse ficar para mim, eles não viam isso [...].

À medida em que narra sua história, a questão da fé e da luta pelo bem-estar de todos, Juliana se reporta a uma jornada muito solitária, tal qual a fênix, quando vai em busca de seu renascimento sem um apoio coletivo. Suas falas destacam que é sempre só ela, para resolver os problemas de todos da família. Não há destaques a momentoso em que Juliana cita ter sido diretamente cuidada, em que alguém foi o responsável em resolver algum desses muitos entraves, exceto na condição de coadjuvante como no caso da vizinha a quem recorreu para solucionar o pagamento das mensalidades atrasadas por meio de cartão de crédito. É ela, sempre ela, Fênix, quem tem que dar um jeito.

Quando falamos em educação no Brasil, logo pensamos nos diversos mecanismos de segregação social existentes no país desde a sua constituição. A educação como direito foi conquistada a passos lentos. É sabido, ainda, que a educação está intrinsecamente relacionada aos fatores econômicos e sociais do país em um sentido geral, como de cada região em específico, ou de determinada cidade. As políticas públicas educacionais, nesse contexto, visam garantir a toda a população, independente da condição social ou econômica o acesso e permanência ao ensino, em todas as modalidades de ensino, inserindo o ensino superior.

Em artigo desenvolvido por Barbosa (2012) o autor conclui que a Assistência Estudantil se refere a concessão de bens e serviços, na forma de auxílios, que têm por objetivo garantir o direito constitucional de acesso e permanência do estudante no sistema de educação, sendo essa capaz de desenvolver a autonomia cidadã e romper “[...] com a educação alienante da subserviência que atende aos interesses do capitalismo” (BARBOSA, 2012, p. 20). [grifo meu].

No entanto, problematizo acerca do real direito a educação que foi ‘garantido’ à Juliana, ao ser ela uma das pessoas que tiveram o benefício do Bolsa Universidade. Apesar de residir em um bairro de classe média, onde dificilmente seria pensando encontrar famílias em vulnerabilidade social e econômica na condição em que Juliana e sua família viviam, a realidade concreta da família era precária mesmo anteriormente ao incêndio ocorrido. É possível pensar que certos aspectos entremeados à trajetória de Juliana tornaram à ela e à sua família, invisíveis ao eixo assistencial ao longo dos anos, até que passassem por uma situação de desastre, de viver em total calamidade, de múltiplas dificuldades e responsabilidades para garantir sua subsistência e um direito social dos mais básicos: a moradia.

As diversas negativas sofridas por Juliana para o recebimento de uma bolsa integral junto ao programa Bolsa Universitária, é mencionado por ela diversas vezes, só tendo possível ter sido contemplada com a bolsa integral após o ocorrido. Juliana não encontrou o necessário apoio e assistência no ambiente em mais se esperava o retorno, a instituição educacional. Algumas medidas foram adotadas, a exemplo do oferecimento do reitor em parcelar seus

débitos no cartão de crédito, o que a fez pedir emprestado de uma vizinha o cartão para que pudesse quitar a dívida e poder se matricular nas disciplinas do semestre posterior – ao invés da oferta do abono. A medida sugerida como teor de apoio/assistência realmente foi efetiva ou apenas uma forma de manter os benefícios concedidos pela política pública do Bolsa Universidade para a própria instituição? Foi realmente assistência ou uma dívida, uma preocupação adquirida e mais um empecilho para o seu tão sonhado ensino superior?

O sonho da graduação sempre foi um elemento protetivo para manter Juliana resistente às adversidades, a exemplo da luta para essa conquista se deu por quatro anos, foram tentativas sucessivas para ser contemplada pelo Bolsa Universidade em modalidade parcial. No entanto, é também possível que o mesmo fator que tenha sido impeditivo para Juliana receber a bolsa integral - morar na localidade onde reside, em um bairro de classe média, onde o compartilhamento de algumas facilidades e acessos se faz possível mesmo que a desigualdade esteja presente, como por exemplo, transporte público mais adequado, melhor estrutura urbana, mais facilidade de acesso e disponibilidade de serviços de saúde, educação, etc., - possa ter feito com que uma subjetivação social e individual fosse produzida, enquanto pertencente a uma realidade onde a mobilidade social fosse possível. A despeito de relatar momentos de solidão em sua trajetória para enfrentar as adversidades, a família de Juliana sonhou com ela o projeto universitário e, como se correspondesse a um projeto coletivo, fez um projeto de vida de inserção, e acompanhamento de Juliana, tanto na escola quanto em outros espaços que lhes proporcionaram experiências significativas e assertivas, como aulas de teatro.

[...] mas glória a Deus esse ano deu tudo certo e eu fui contemplada no início mesmo desse ano no mês de fevereiro com essa bolsa de 100% e tá num ano final, com essa bolsa me deu um gás a mais de realmente continuar insistindo que é isso que eu quero mesmo porque eu não penso em parar só na faculdade não [...].

A família investe em Juliana, e ela vê nesse lugar de bom grado. Em outras palavras, “eles investiram em mim, e eu vou retribuir”. Há uma coesão familiar, para esse projeto de vida, que não é só da Juliana, há um reconhecimento para a importância dos estudos. A Educação foi um fator protetivo não só para Juliana, mas para toda a sua família. De acordo com Cyrulnik, 2004 é por meio das relações sociais que a criança pode estabelecer um processo de equilíbrio entre os fatores de risco e de proteção. É também pelos vínculos seguros que são basicamente construídos no período da infância, que a possibilidade de se ter uma rede de apoio é construída.

Essas redes, por sua vez, fortalecem a criança ou o adulto e permitem que ele alcance o equilíbrio entre os fatores de risco e proteção.

Podemos inferir ainda que para essa família, Juliana poderia chegar ao nível superior, sem imaginar que esse projeto seria algo distante, ou mesmo impossível. Nessa localidade na zona Centro-Sul da cidade de Manaus, os elementos que dão suporte a cidadania estão mais presentes. Se não fosse o incêndio, talvez essa vulnerabilidade nunca fosse visibilizada, a fragilidade no interior dessa família, que ao que tudo parece se organizava resiliente através dos vínculos afetivos, pela relação da família com a comunidade, já que o fato de o pai ter exercido uma liderança comunitária no passado fez diferença, no sentido de suporte a esse grupo.

Os laços sociais duradouros são importantes porque fornecem ajuda em tempos de necessidade, permitindo enfrentamento e superação de momentos de crise (BARUDY; DARTAGNAN, 2007; BRITO; KOLLER, 1999; TAYLOR, 2002). De acordo com Taylor (2002), biologicamente os seres humanos são "desenhados" para serem sociais e manterem relações que por sua vez também são influenciadas por seus aspectos biológicos. Tais aspectos constitucionais associados aos ambientais podem, portanto, ser protetores e promotores de resiliência (JULIANO; YUNES, 2003).

Conforme Bowlby (1988), uma rede de apoio social e afetiva eficiente está associada à prevenção de violência e ao fortalecimento de competências, bem como do senso de pertencimento e da maior qualidade dos relacionamentos. Bronfenbrenner (1979/1996) aponta estudos que salientam a influência de redes de apoio afetiva na produção de estratégias eficazes em situações de crise. A eficácia da rede se expressa por respostas com significativa redução de sintomas psicopatológicos, tais como depressão e sentimento de desamparo. Na ausência desta rede, pode-se verificar o aumento da vulnerabilidade das pessoas frente a uma situação de risco.

Fênix, apesar de saber ter que realizar o vôo solo para dar conta de sua jornada rumo ao renascimento como graduada em nível superior, traz, em sua narrativa, o quanto a resiliência e dispositivos de resistência foram tecidos no e com o social. Juliana relata que já foi representante de sua turma, destaca que ter feito teatro quando estudou em escola particular pôde desenvolver muito suas habilidades, sobretudo, nos relacionamentos interpessoais e nos espaços institucionais. Ao falar sobre sua presença e participação nestes lugares, Juliana mostra sentir-se confortável, revelando a satisfação também pelo seu protagonismo, a apreciação por si própria, sem deixar, contudo, de afirmar que seu lugar é um local de luta.

5.3 A PANDEMIA: UM REFÚGIO NO MEIO DO CAOS

[...] e logo após chegar a questão da pandemia eu fui desligada do estágio porque o então prefeito, as pessoas da secretaria desligaram os estagiários por uma questão mesmo de dizer que deveria diminuir os custos, visando a questão de prioridade da saúde né, aí eu já me via morando com meu colega lá, sem emprego em casa e tudo mais sem saber como seria as situações que poderiam ocorrer, mas aí veio a questão do auxílio emergencial, que auxiliou a minha família nesse período, e depois de um tempo eu consegui um outro estágio, no estado mesmo que é aquela coisa né todo universitário precisa de recurso desde um vale-transporte e tudo mais [...].

Com a pandemia, surgem as aulas remotas, o que favoreceu o acompanhamento das aulas de maneira mais confortável. Então, vejamos que a questão da vulnerabilidade social e econômica, ela é tão grande, que as necessidades pedagógicas, do próprio ensino, do próprio aproveitamento da formação, acabam sendo secundárias, então aqui, temos uma visão do distanciamento social como um ganho. As aulas remotas trouxeram alívio quanto as dificuldades de deslocamentos e transporte. A pandemia foi um disparador enquanto caos que fez com que Juliana tivesse algum direito, que atenuasse as adversidades. O problema a ser enfrentado agora, era a internet. No local onde estava morando não havia *Wifi*, foi necessário utilizar a rede de um supermercado local, o DB, que era na frente do apartamento de sua moradia temporária.

[...] as vezes eu pegava mesmo um wifi, porque assim lá é como se fosse um banco uma estrutura mesmo de alvenaria ao longo do estacionamento do local então assim o portão fica aberto muito perto, é bem pertinho mesmo da max Teixeira as vezes o sinal funcionava ali, sabe a história daquele rapaz que passou no fantástico e subia na arvore pra poder estudar, eu sentava no banquinho lá pra poder pegar o acesso da internet [...].

Hoje, mais do que nunca, tornou-se evidente a importância do acesso à conectividade e aos dispositivos digitais para garantir a continuidade da aprendizagem, bem como a continuidade da vida profissional e social. Além disso, muitas oportunidades de participação e inclusão foram interrompidas por medidas de distanciamento. O caráter heterogêneo de nossas sociedades implica que as experiências diferem dependendo dos contextos de acesso à Internet, habilidades digitais, oportunidades de educação e desigualdade em cada país. Estima-se que mais de 32 milhões de crianças vivam em lares que não estão conectados à internet. Esse dado reafirma que o acesso à internet deve ser um direito universal garantido para que toda a população possa aproveitar as oportunidades e benefícios da conectividade (UNESCO, 2020).

Sobre esta questão, mais uma vez Fênix traz um elemento em sua narrativa, que permite compreender sua trajetória como uma resiliência que se constrói tanto pelos seus recursos e sua agencialidade/atividade, quanto pelos elementos ‘mágicos’ que encontra no entorno, com os quais constrói o seu ‘ninho’. Menciona que ao concluir seu curso, incluirá nos agradecimentos em seu trabalho de conclusão, uma menção ao Supermercado DB.

5.4 SONHANDO COM VOOS MAIS LONGOS

“Não eu não posso desistir, porque a esperança que tem é que eu me forme, que preste um concurso, passe ou consiga um emprego mesmo que não seja na área.”

A resiliência de Juliana esteve fortemente ancorada nos relacionamentos afetivos e na fé. Contou com o apoio de sua ex-chefe para a compra dos materiais de construção, cartão de crédito de uma vizinha para o pagamento da mensalidade da faculdade, contou sempre com a família, o namorado e a fé. Juliana reverencia e agradece a Deus sempre, em toda a sua narrativa. É para essa entidade enquanto Deus, enquanto poder superior que Juliana afirma que vem a sua força para superar as dificuldades e vencer.

A subjetividade de Juliana está inscrita pelo avesso, ainda que de uma forma muito discreta, sua trajetória oscila o tempo todo a margem da vulnerabilidade: escola pública, escola particular, casa em bairro de classe média, casa muito vulnerável, universidade pública, universidade particular. Então essa subjetividade social faz o todo o momento, movimentos de dentro e fora. Ou, seja, subjetividade social e individual são indissociáveis, como pontua Gonzalez Rey (2003) e outros pensadores da vertente da psicologia sócio-histórica.

Os planos para o futuro residem em continuar contribuindo com a academia, em especial no que se refere a assistência estudantil, sentiu na pele o quanto é importante. Deseja continuar aperfeiçoando sua formação, e tem se inspirado por conta de uma professora doutora, a trabalhar com a temática relativa a idosos. Juliana se identifica com a pesquisa, pois está vivenciando esse processo através do seu trabalho de conclusão de curso, ela demarca a vida acadêmica como um lugar de pertencimento, suas palavras compartilham do conhecimento científico e do fazer universitário.

[...] eu tive uma oportunidade de logo após a questão do incêndio da minha casa, de ir a um congresso em Brasília por uma situação mesmo das minhas colegas da universidade terem me auxiliado, ajudaram a pagar a passagem. E a oportunidade de ir num congresso, eu acredito assim, que muitas pessoas em Manaus tenham uma visão diferenciada do que que é o Serviço Social, quando eu tive a oportunidade de ir, ver os autores, foi uma outra visão que eu tive a partir daquele momento, porque realmente a gente consegue se enxergar na profissão [...].

Sobre escolher um nome para preservarmos o sigilo ético da pesquisa, destacou que não via problemas em usar seu nome verdadeiro, porém, para seguir os protocolos, optou por usar um nome cuja sonoridade combinasse com seu nome real. De algum modo, Juliana quer reafirmar ainda mais sua existência, rompendo com a invisibilidade e trazendo, ainda que sonoramente, uma vez que os limites dos protocolos de pesquisa orientem ao anonimato visando preservar os participantes. Cabe o questionamento de que a pesquisa, enquanto produção de conhecimento, é também um ato político, dado seu potencial de impactar a realidade e transformá-la, assim como conferir visibilidade a quem luta por sua existência por meio da resistência.

Ao final da entrevista narrativa perguntamos de Juliana, que título daria à sua história, e sua resposta foi: Recomeço. Com isso Juliana é vista pela equipe de pesquisa enquanto alguém que atribui ao incêndio que destruiu elementos materiais e simbólicos de sua história e identidade – fotografias, roupas, recursos, bens, documentos, etc. -, agente do processo de reconstrução, reconfiguração, crescimento, fortalecimento e apropriação de sua potencialidade, como a Fênix.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação me colocou diante da hipótese já apontávamos na gênese da construção desse projeto, de modo a confrontar de forma transparente a não existência de um diálogo consistente entre as políticas de Assistência Social e as Políticas Educacionais, em especial a de nível superior. Mesmo que a trajetória da pesquisa tenha sido atravessada por tão drásticas transformações no mundo derivadas da Pandemia da COVID-19, os dispositivos de reprodução das desigualdades parecem atuar incessantemente, sendo atualizados não importa em quais contextos, exigindo de quem pesquisa, disposição para adentrar em campos aparentemente conhecidos, mas que ocultam aspectos desconhecidos e invisíveis ao nosso olhar.

Esta dissertação pôde dar visibilidade a um grupo de alunos, os quais ainda não se tinha parado para ouvir as histórias, as trajetórias difíceis, as lutas para a conquista do tão sonhado curso superior. Em relação aos objetivos propostos, considero ter alcançado os mesmos. De modo geral, a pesquisa pretendeu *conhecer como as/os estudantes amazônidas atendidos pela assistência social por vivenciarem histórias de desastres, calamidades e emergências significam a sua trajetória de escolarização, em especial no ensino superior, e o quanto o equipamento assistencial atua na mediação das demandas deste público*. As ricas narrativas de Maria e Juliana permitiram que adentrássemos em universos até então desconhecidos, mesmo aos que tem familiaridade com as temáticas da formação em nível superior ou com a Assistência Especial de Alta Complexidade.

No tocante aos objetivos específicos, a saber, *levantar dados referentes à escolarização dos usuários atendidos pelo Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e Emergências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania-SEMASC nos anos de 2018 e 2019, com destaque aos jovens que alcançaram a formação superior e Conhecer as adversidades e estratégias de superação nas trajetórias de escolarização de jovens cujas histórias de vida foram impactadas por Desastres, Calamidades e Emergências, identificando espaços de participação dos mesmos, bem como os elementos que promoveram ou impediram a permanência na universidade*, a pesquisa documental e de campo (entrevistas narrativas) proporcionaram também um conhecimento de que, mesmo invisibilizados, há um segmento de universitários e pessoas com formação em nível superior que se encontra na extremidade da vulnerabilidade social, sendo necessário olhar para os mesmos, sobretudo por entendermos que o alcance da formação superior é de grande dificuldade em países como o nosso e que tal formação tem o potencial de mover transformações em realidades individuais e coletivas.

Recursos tanto individuais quanto coletivos se entrelaçam nas histórias narradas, reforçando o entendimento de que as forças de enfrentamento e superação, sejam nomeadas como resiliência, resistência ou insurgências, se constituem dialeticamente e se tornam potentes quanto mais alicerçados pelo pensamento crítico-reflexivo.

Os resultados apontam que as políticas assistenciais pouco dialogam com a políticas educacionais, a despeito da condicionalidade entre os benefícios no que tange à assistência e à educação básica. No âmbito dos Serviços de Alta Complexidade, o diálogo praticamente inexistente, sendo a prática dos serviços um fator que contribui para a visibilidade de jovens cujas trajetórias revelam as difíceis lutas para a conquista da formação em nível superior. Nas narrativas aqui descritas observamos que em momento algum a Assistência Social, representada através do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências dialoga com o Programa Bolsa Universidade, acerca das situações extremas as quais as beneficiárias de ambos os serviços estavam passando. Uma simples articulação interna, entre secretarias pertencentes a gestão municipal, já atenuaria tais situações problemáticas.

Alguns indicadores remetem à urgência no repensar as políticas de ensino superior, principalmente quanto a permanência de jovens beneficiários nos Cursos Superiores. A Psicologia tem grande potencial para contribuir, desde aspectos relativos à constituição do sujeito, da dialética inclusão/exclusão, do não reconhecimento, da invisibilidade e dos sofrimentos impostos a jovens aos quais é dificultada a formação em nível superior, mesmo quando supostamente atendidos por políticas de democratização ao acesso e permanência.

A Psicologia deve adentrar mais ao estudo destas relações junto à Pedagogia e Serviço Social e análise de Políticas Públicas. Muito temos a contribuir acerca das questões da constituição do sujeito, do não reconhecimento, da invisibilidade de certos grupos, e dos sofrimentos pelos quais passam. Segundo Porto (2010), a Psicologia com o seu conjunto integrado de saberes e práticas, sobre uma dada realidade, tem contribuído com o processo de emancipação social previsto na PNAS e no SUAS, que se pautam na superação das situações de vulnerabilidade e risco social, em que as pessoas se encontram a gerações. Porém, uma via poderosa e eficaz para a superação das situações de vulnerabilidades geracionais é a Educação, em especial a de nível superior. Precisamos pensar em estratégias de articulação para que exista um diálogo consistente e direto, entre essas políticas, como já existe por exemplo na Educação Básica, através das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

A Educação é um direito humano fundamental, e mais do que isso, é o alicerce de sociedades justas, equitativas e inclusivas, é um dos principais motores para o desenvolvimento.

Segundo a UNESCO⁶, diante dos impactos que a pandemia do COVID-19 tem deixado no mundo, mais do que nunca precisa se investir em educação para a sua superação. Níveis mais altos de educação estão associados à redução da pobreza e da desigualdade, à melhoria dos indicadores de saúde, à possibilidade de acesso ao trabalho decente, à ascensão social e à ampliação das possibilidades de exercício da cidadania. A educação também é fundamental para alcançar mudanças estruturais baseadas na capacitação da base para cima.

Maria e Juliana são a exceção do êxito por serem finalistas de uma longa formação universitária, tendo sido assistidas através das políticas de educação e assistência. Contudo, ao conhecermos as trajetórias, vemos que o ‘êxito’ é bem menos resultado da forma como as políticas estão estruturadas e (des)articuladas, do que de esforços e recursos de enfrentamento construídos nas linhas de fuga dos processos que insistem em negar direitos a estas e tantos outros jovens. Precisamos de uma transformação das estruturas, educacionais e sociais e de uma Psicologia conectada a estas temáticas, pois a existência das políticas e a inclusão de beneficiários sob suas propostas não são suficientes para transformar o quadro das desigualdades.

Metodologicamente, a entrevista narrativa se mostrou como uma ferramenta potente no conhecimento aprofundado dessas trajetórias universitárias, como ato de protagonismo, de resistência e afirmação da existência. Chegamos a um ponto em que as entrevistadas gostariam que seus verdadeiros nomes se fizessem conhecidos, sem que usássemos pseudônimos para preservar o sigilo ético. Reflito com isso o quão grande é a invisibilidade que essas pessoas passam, em outras palavras, o que se pôde ouvir foi: “Eu quero ser reconhecida, precisa mesmo de um outro nome?” Narrativas nos constituem como pessoas, como sujeitos, como identidades subjetivas, mas não só. Narrativas nos constituem como humano, como universo e como uma forma de estar no mundo.

As angústias suscitadas nessas entrevistas, por vezes me paralisaram no processo da escrita. É o que Gonzalez Rey, 2003 fala acerca da intersubjetividade, um espaço relacional, onde se capta a riqueza das construções, a partir das trocas e negociações que produzem os momentos interativos. Foi a Maria e a Juliana me transformando também. A entrevista narrativa permitiu esse encontro.

A utilização dos mitos (Sísifo e Fênix) fazendo alusão as narrativas foi um recurso que considero potente no processo da escrita, trouxe mais inquietações, revelações e reflexões. Em tempos em que a apropriação rasa que remonta à alienação do termo *mito*, não seria de estranhar

⁶ Relatório de monitoramento global da educação 2020, América latina e Caribe: inclusão e educação: todos, sem exceção

que escolher utilizar mitos enquanto recursos ricos e caros à filosofia, sociologia, psicologia e à própria história da humanidade, poderia sofrer uma rejeição inicial por parte de muitos. Como pesquisadora, sinto fazer parte também de uma resistência que retoma sentidos que são apropriados e esvaziados de sua riqueza e potencial de reflexão e transformação, como os são as figuras míticas que utilizei nesse estudo. Neste sentido, que bom poder contar com os mitos! Os mitos narrados até os nossos dias, têm estado cada vez mais presentes, assim como seus personagens, os mitos também são imortais, seja nas histórias da bíblia, no Alcorão, no Livro dos Mortos, no zodíaco diário ou na constelação de estrelas e personagens midiáticos do cinema e da televisão que, miticamente, inspiram sonhos e arrancam suspiros do público em geral. Tanto antigos quanto atuais, os mitos se misturam e se entrecortam numa narrativa maior: a vida contemporânea. De modo que a narrativa é isso, um conto sobre nós e sobre o mundo, que não é, mas está sendo (FREIRE, 1980) perpetuamente (re)construído. Sua natureza intrinsecamente ontológica nos coloca no mundo a partir da partilha de experiências e da construção dos significados de estar nele.

As trajetórias de Maria e de Juliana foram de grande impacto, de formas diferentes suscitando movimentos de aproximação e distanciamento, no sentido de identificação. Me aproximo das lutas, do carregar das pedras, do renascer das cinzas na minha trajetória universitária. Apesar de minha jornada ter se dado na Universidade Pública o que a princípio nos leva a pensar num lugar de privilégios, toda minha escolarização foi nas escolas públicas. Compartilho da estranheza, das dificuldades financeiras, de precisar estagiar e ajudar nas contas da casa, compartilho da gravidez na juventude e as dificuldades de conciliar a maternidade aos estudos, compartilho da dificuldade nos deslocamentos e transporte público. De alguma forma já fui Maria de Sísifo e já fui Juliana a Fênix.

Concluo recomendando a necessidade de discutir amplamente a desigualdade no acesso ao ensino superior, questão não superada, e, com grande urgência, discutir a desigualdade na permanência no ensino superior, impondo condições aviltantes a quem, em tese, estaria acolhido por políticas de sucesso. Quanto à Maria e Juliana, Sísifo e Fênix, me distancio delas hoje por conta do lugar que ocupo, estando a serviço das políticas e do Estado, me distancio principalmente por conta das muitas limitações institucionais. Porém, não estou limitada, a mesma Universidade Pública onde já estive, me aproximou e me fez conhecedora das histórias de Maria e Juliana. A Universidade me lembrou que posso ir além: vi que onde tantas vezes as Políticas Públicas e o Estado não chegam, a Ciência consegue chegar.

REFERENCIAS

ANDIFES. **Andifes realiza nova pesquisa sobre o perfil dos estudantes das Universidades Federais**. Brasília, DF: Andifes, 2018.

BARBATO, S. B., MIETO, G. S. M.; ROSA, A. O estudo da produção de significados em interações e metodologias qualitativas. In M. C. L. Oliveira, J. F. Chagas-Ferreira, G. S. de M, Mieto & R. M. F. Beraldo (Orgs.), **Psicologia dos processos de desenvolvimento humano: cultura e educação**. Campinas: Alínea, 2016;

BARBOSA, C. D. L. Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior. **Em Debate (PUCRJ. Online)**, v. 09, p. 01-29, 2012.

BARCELOS, F. C.; OLIVEIRA, S. M. **Novas fontes de dados sobre risco ambiental e vulnerabilidade social**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4>>. Acesso em: 15 de julho de 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF. 2009

MANAUS. Lei n.º 1.931, de 19 de novembro de 2014a. Dispõe sobre o Programa Bolsa Universidade – PBU, criado pela Lei n.º 1.357, de 8 de julho de 2009, e estabelece outras providências. Disponível em: <[ESPI \(manaus.am.gov.br\)](http://www.espi.mt.gov.br)> Acesso em: 05 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

BRASÍLIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/cartilhamaiolaranja.pdf/view>>. Acesso em de julho de 2021.

CFP. **Nota Técnica Parâmetros para atuação dos Profissionais de Psicologia no Âmbito Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2016.

CFP. **Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019**. Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021.

CFP. **Psicologia de emergências e desastres na América Latina: promoção de direitos e construção de estratégias de atuação**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2011.

CONASS. **Saúde alerta para riscos da gravidez na adolescência**. CONASS-Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2020. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/saude-alerta-para-riscos-da-gravidez-na-adolescencia/>>. Acesso em 05 de julho de 2021.

- CRESWELL, J. W. **Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2012.
- CYRULNIK, B. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CYRULNIK, B. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004
- CYRULNIK, B. **Psicoterapia de Deus**. Tradução de Monica Stahel. Petrópolis: Vozes, 2019.
- DESLAURIERS J. P. **Recherche Qualitative. Montreal**: McGraw Hill, 1991.
- DEZ anos após tragédia, famílias da região serrana do RJ ainda esperam por unidades habitacionais. **G1- Região Serrana**, 11 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2021/01/11/dez-anos-apos-tragedia-familias-da-regiao-serrana-do-rj-ainda-esperam-por-unidades-habitacionais.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- FRIZZO, K. R. **Diário de campo: reflexões epistemológicas e metodológicas**. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Org.). **Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulinas, 2010.
- GALVÃO, C. **Narrativas em Educação. Ciência & Educação**, UNESP, São Paulo, v.11, n. 2, p. 327-345, 2005.
- GONÇALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- GONÇALVES, N.; GONÇALVES, S. **Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HEREDIA, Arturo Marinera. A saúde mental coletiva em caso de desastre. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 111- 128.
- IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Cidades e Estados. Manaus: IBGE, 2013. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/manaus.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- INPE. **Núcleo de Pesquisas e Aplicação de Geotecnologias em Desastres Naturais e Eventos Extremos para a Região Sul do Brasil e Mercosul. Desastres Naturais no Brasil**. INPE, 2013. Disponível em: <[http:// www.inpe.br/crs/geodesastres/nobrasil.php](http://www.inpe.br/crs/geodesastres/nobrasil.php)>. Acesso em: 7 de julho de 2019.
- JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.
- JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambient. soc.**, v. 17, n. 3, 2014.

- LIMA, N. M. F. **Jovens de camadas populares na Educação Superior pública do Amazonas: acesso e permanência**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.
- LOPEZ, Daniela C. Mesa Redonda: Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras: comportamento, cultura e organização social. In: Anais Eletrônicos do I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres: **Contribuições da Psicologia para a construção de comunidades mais seguras**. FINATEC/UNB. Brasília: CFP, 2006. Disponível em: <<http://www.pol.org.br>>. Acesso em: 8 maio. 2019.
- MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.
- MARTÍN-BARÓ, I. (1986/2011). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Júnior (Orgs.), **Psicologia social para a América Latina: O resgate da Psicologia da libertação** (pp. 181-197). Campinas: Alínea.
- MINAYO, M.C.S (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, **2001**. p. 07.
- MONTERO, M. **Relaciones entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una Respuesta Latinoamericana**. Psykhe, 13(2), 17-28, 2004.
- OLIVA, Alberto. **Filosofia da Ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- OLIVEIRA, L. F. **Quando Sísifo alcança o topo da montanha: Escolarização de longo curso, vida socioprofissional e disposições culturais de sujeitos de origem popular**. Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS/2004; **Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.
- PORTO, F. Ação conjunta de psicólogos e assistentes sociais é essencial para a garantia da emancipação e do protagonismo social da população. **Revista Diálogos**, v. 7, p. 7-11, 2010.
- PROCAD. **Edital Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia nº 21/2018**. Universidade Federal do Amazonas - Faculdade de Psicologia. Manaus, 2018.
- REY, G. F. L. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning, 2003.
- REY, G. F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- SANTOS, Jorge Calvario. **Definição de estratégia. Comunicação pessoal**. Maio de 2012.
- SANTOS, Rúbia dos. **Gestão de desastres e Política de Assistência Social: estudo de caso de Blumenau/SC**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis. 2012.

SAWAIA, B. B.; ALBUQUERQUE, R. BUSARELLO, F. R. **Afeto & comum: reflexões sobre a práxis psicossocial.** São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

SAWAIA, B. B.; SILVA, D. N. R. A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social. In: TOASSA, G. et al. **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis.** Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

SEMASC, Prefeitura de Manaus. **Serviços**, 2022. Disponível em: <https://semasc.manaus.am.gov.br/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

SIENA, Mariana. **A atenção social nos desastres: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados.** São Carlos: UFSCar, 2013. 240 f. (Tese Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

SIMÕES, Fabíola. O mito da Fênix e o maravilhoso poder da resiliência. **A soma de todos os afetos**, Campinas-SP, 11 mar. 2019. Disponível em: <https://www.asomadetodosafetos.com/2019/03/o-mito-da-fenix-e-o-maravilhoso-poder-da-resiliencia.html>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SILVA, Iolete Ribeiro da; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira; URNAU, Lílian Caroline. (2018). **Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes amazônidas.** Projeto de Pesquisa financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia, Edital nº 21/2018. BRASIL/CAPEL, 2018

SOUZA, Neyde Lucia F. A Atuação da Psicologia em Desastres e Emergências: Uma Visão Estratégica. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 27, p. 81-93, 2012.

UNESCO. Relatório de monitoramento global da educação 2020, América latina e Caribe: inclusão e educação: todos, sem exceção – UNESCO. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/relatorio-gem-exorta-brasil-e-paises-da-regiao-promoverem-inclusao-na-educacao-em-face-da>>. Acesso em de julho de 2021.

VALÊCIO, Norma. A sociologia dos desastres: perspectivas para uma sociedade de direitos. In: **Psicologia de emergências e desastres na América Latina: Promoção de direitos e construção de estratégias de atuação/ Conselho Federal de Psicologia** – Brasília: CFP, 2011, p. 13- 30.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. **Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa, 2009.

WEINTRAUB, A. C. A. M.; NOAL, D. S.; VICENTE, L. N.; KNOBLOCH, F. **Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. Interface comunicação saúde educação.** Botucatu, 2015. Disponível em: Acesso em: 19 mai. 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA

Orientação: Explicar ao participante os objetivos da entrevista e os procedimentos a serem adotados. Após a leitura e assinatura do TCLE, perguntar se pode ser iniciada a entrevista e acionar o gravador. Deve-se evitar interrupções após o início da mesma. A fala disparadora do pesquisador para incentivar a narrativa é:

“Conte-me sua história de vida”.

Tempo aproximado: 40 a 60 minutos. 966

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

Prezado(a) Senhor(a):

Esta pesquisa intitulada **O Impacto dos Desastres nas trajetórias de escolarização de jovens Amazônidas**, tem como responsável a Dra. Cláudia Regina Brandão Sampaio, pesquisadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/PPGPSI da Universidade Federal do Amazonas, auxiliada pela pesquisadora Sinthia Constancia Mar da Cunha, psicóloga e mestranda em Psicologia. A pesquisadora pode ser contactada no Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário/LABINS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 Campus Universitário Setor Sul, Bloco X, Coroado, Cep 69077-000, Manaus, ou pelos telefones (92) 3305-4127/ 3305-1181 ramal 2004, (92) 99983-7026, ou e-mail: claudiasampaioufam@hotmail.com.

Nesta etapa, para a qual solicitamos sua participação, temos por objetivo conhecer os impactos nas trajetórias de escolarização de jovens que passaram por situações de desastres e que foram atendidos pela Assistência Social do Município de Manaus. Solicitamos sua colaboração para participar de uma entrevista com tempo médio de 60 minutos. Nesta entrevista serão feitas perguntas sobre os impactos dos Desastres nas trajetórias escolares, com foco nas vivências adversas e no atendimento prestado pela Assistência Social do Município de Manaus. Utilizar-se-á um gravador de voz e, após, serão feitas as transcrições dos conteúdos das gravações. Em tempo, também solicitamos autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e revistas de caráter científico, em âmbito nacional e/ou internacional. Na publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto.

Ressaltamos que sua participação se dará de forma voluntária, o que implica na não oferta de qualquer tipo de gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas. Caso haja algum prejuízo de ordem material decorrente da participação na pesquisa, assumimos o compromisso da indenização em compatibilidade com o dano sofrido. E para que seja possível a sua participação, solicitamos o seu consentimento por meio de assinatura abaixo, o que permitirá a coleta dos dados e a utilização dos mesmos, conforme já mencionado.

Seguindo as prerrogativas das resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº. 446 de 2012 e nº 510 de 2016, não existe pesquisa com seres humanos que não apresente riscos, seja à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual (BRASIL, 2012). Desta forma, a resolução reconhece a possibilidade de ocorrência de incômodo ou constrangimento por parte do participante nas etapas do trabalho de campo, que aqui corresponderá a entrevista. Caso ocorra vivência de desconforto na abordagem da

temática ou havendo indício desta natureza, a pesquisadora suspenderá a atividade em curso, os dados obtidos serão desconsiderados e será ofertado atendimento psicológico imediato e posterior encaminhamento para atendimento gratuito no Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA), localizado na Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I - CEP 69077- 000, Faculdade de Psicologia, conforme termo de anuência do serviço. Este TCLE estabelece que os participantes e seus acompanhantes, se necessário, terão direito ao ressarcimento de todos os gastos decorrentes de sua participação, tais como compensação material/financeira com transporte e alimentação, e tudo o que for necessário para a sua colaboração neste estudo. Assegura-se também o direito a indenização e cobertura material, em qualquer fase da pesquisa, aos participantes que vierem a sofrer quaisquer tipos de dano, imediato ou tardio, resultantes desta, previstos ou não neste TCLE, com fim de reparação do dano causado, e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há: valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos; previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades; definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado), nas resoluções citadas.

Se a(o) Sra.(o) aceitar participar da pesquisa, contribuirá para uma reflexão sobre a realidade vivenciada por diferentes jovens que tiveram suas trajetórias de escolarização impactadas após um Desastre, bem como possibilitar a visibilidade das formas de enfrentamento desta situação no atual cenário social. Por fim, caso necessite, é possível entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 33055130/ (92) 3305-1181/ ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.com.

Obrigada pela sua ajuda.

Consentimento pós-informação

Eu _____
 __, RG _____, fui informado(a) sobre os objetivos, o porquê e os métodos desta pesquisa, concordo em participar, sabendo que não terei nenhum benefício financeiro, bem como que a qualquer momento poderei sair da pesquisa sem que isso me acarrete prejuízos. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Manaus/AM: ____/____/____

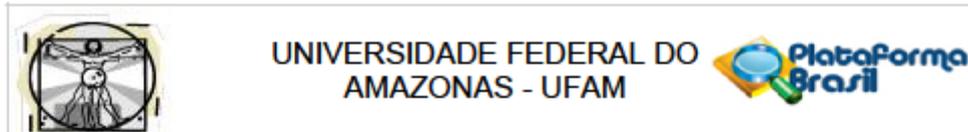
 Assinatura do participante



IMPRESSÃO
 DACTILOSCÓPICA

 Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO A – PARECER CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Os significados das trajetórias de escolarização de jovens estudantes amazônicas

Pesquisador: Iolete Ribeiro da Silva

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 15366619.1.1001.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.082.840

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Cooperação Acadêmica entre UFAM-UnB-UNIR tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos programas de pós-graduação na região amazônica, PPGPSI/UFAM e MAPSI/UNIR e a consolidação da colaboração científica entre as equipes, tendo por referência os estudos voltados aos processos de desenvolvimento humano e educação em contextos socioculturais específicos, na região amazônica brasileira. A interação científico-acadêmica com a UnB será uma ação importante para a construção de uma rede de cooperação entre essas universidades, para a criação de novas linhas de pesquisa e para o processo de internacionalização. A rede de cooperação constituída na área de Psicologia a partir da UFAM, UNIR e UnB, promoverá intercâmbio de ensino e pesquisa e a mobilidade de docentes e discentes, a fim de aprofundar os estudos de forma cooperativa e contribuir para ampliar a formação de recursos humanos e produção científico-acadêmica de alto nível que tem como foco a realidade regional do Norte do Brasil. A cooperação entre os três programas de pós-graduação em psicologia, fortalecerá a articulação existente entre pesquisadores que atuam na Amazônia com povos amazônicos, com a diversidade étnico-racial e suas implicações, a fim de dar visibilidade qualificada desta realidade em nível nacional e internacional. O PPGPSI/UFAM, atualmente é constituído por duas linhas de pesquisa e almeja com este PROCAD a ampliação da pesquisa e da produção intelectual a fim de melhorar seu desempenho na avaliação da CAPES, criar um periódico e credenciar o doutorado em psicologia a partir do desenvolvimento de sua potencialidade

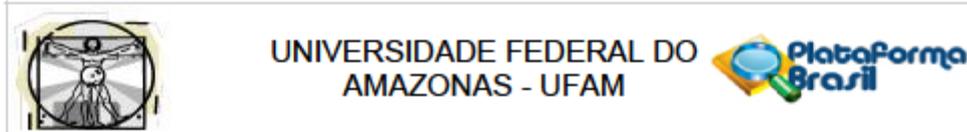
Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

acadêmica na temática assumida neste projeto. Considerando que a psicologia enquanto campo de conhecimento pode produzir subsídios para a construção de políticas educacionais inclusivas que considerem as dimensões socioculturais e o reconhecimento das culturas e formas de viver em comunidades tradicionais da Região Amazônica/Norte apresenta-se esta proposta de trabalho. O objetivo geral desta colaboração é analisar como as/os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior, sua participação e protagonismo e o quanto a universidade responde as suas demandas, em narrativas e argumentações, a partir de sua inscrição sócio institucional. Os objetivos específicos são: identificar espaços de participação das/dos estudantes identificando elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade; entender de que forma os estudantes significam sua trajetória de escolarização; identificar nas narrativas dos estudantes se e como os professores contribuíram para a promoção da inclusão escolar; analisar as mudanças (lineares) e transformações (descontínuas) nas vivências escolares dos estudantes a partir de estudo longitudinal desenvolvido em duas etapas com intervalo de um ano. O campo de pesquisa da Equipe Proponente abrangerá três campi da Universidade Federal do Amazonas: (1) Campus Manaus localizado na capital do estado; (2) Campus Humaitá: no Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente que fica na região sul do estado do Amazonas; e (3) Campus Benjamin Constant: no Instituto Natureza e Cultura de Benjamin Constant situado na região do Alto Solimões na tríplice fronteira. O campo de pesquisa da equipe Associada 2 abrangerá três campi da Universidade Federal de Rondônia, a saber: a) cursos do campus de Porto Velho; b) curso de Licenciatura em Educação Intercultural do campus de Ji-Paraná; c) Licenciatura em Educação do Campo Campus de Rolim de Moura. Serão participantes da pesquisa estudantes da UFAM e UNIR. Serão utilizados três recortes para a análise dos significados atribuídos às trajetórias de escolarização e das condições de acesso: (1) políticas educacionais; (2) comunidade de pertencimento; (3) gênero. Será realizada uma pesquisa longitudinal em duas etapas com um intervalo de um ano. Para a construção de dados serão realizados os seguintes procedimentos: entrevista em grupo focal; entrevista individual - narrativa aberta, entrevista semiestruturada, entrevista mediada por imagens ou objetos individuais e entrevistas móveis. O mesmo grupo de estudantes será entrevistado na primeira e na segunda etapa do estudo a fim de permitir a identificação de mudanças lineares na transição e algumas mudanças descontínuas. O uso de diferentes ferramentas de análise permitirá: descrever e definir o contexto de significação em diferentes níveis; avançar na compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem atuantes na interpretação dos estudantes individualmente e em grupo. A análise dos dados será feita a partir de diferentes métodos: interpretativo, dialógico-

Endereço: Rua Teresina, 495
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

temático, análise do discurso e microgenético, visando o aprofundamento da compreensão dos processos de desenvolvimento em narrativas e argumentações dos estudantes. Na primeira etapa serão analisadas as informações empíricas obtidas nos grupos focais e nas entrevistas individuais em cada localidade (estudo 1), depois será elaborada análise do conjunto de dados (estudo 2). Na segunda etapa, repetir-se-á os mesmos procedimentos de análise realizados na primeira etapa (estudos 3 e 4), em seguida, haverá o desenvolvimento da análise longitudinal com identificação no conjunto (estudo 5). Busca-se avançar na compreensão das possíveis descontinuidades e rupturas que marcam a transição para a vida adulta, o que implica compreender os jovens estudantes como pertencentes a um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos em um momento de desenvolvimento na vida, e também como atuantes em um conjunto social com atributos e práticas culturais situados que enfrenta mudanças diversificadas, diferenciadas no contexto atual e constituído por gerações anteriores que ora produzem as condições de socialização e desenvolvimento mediadas pelas políticas públicas e por culturas locais, considerando-se a suposição básica de que mudando-se os instrumentos mediadores nas condições de socialização, como as atividades são produzidas e resolvidas, transformam-se os processos de consciência e as condições de desenvolvimento em que as tomadas de decisão dos jovens são forçadas.

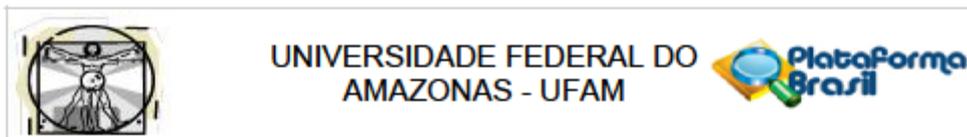
Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: O objetivo geral deste projeto é analisar como as/os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior, sua participação e protagonismo e o quanto a universidade responde as suas demandas, em narrativas e argumentações, a partir de sua inscrição sócio institucional. **Objetivo Secundário:** Os objetivos específicos são:- identificar espaços de participação das/dos estudantes identificando elementos que promovem ou impedem a permanência na universidade;- entender de que forma os estudantes significam sua trajetória de escolarização;- identificar nas narrativas das/os estudantes se e como as/os professoras/es contribuíram para a promoção da inclusão escolar;- analisar as mudanças (lineares) e transformações (descontínuas) nas vivências escolares dos estudantes a partir de estudo longitudinal desenvolvido em duas etapas com intervalo de um ano; analisar as inter-relações da produção de si com a continuidade da educação e do trabalho mediados por novas tecnologias durante a pandemia do COVID-19.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: As narrativas de transição que envolvem relatos de experiências pessoais, podem implicar em dificuldades, mas a princípio, nossa experiência e de colegas no mundo inteiro indica que não

Endereço: Rua Teresina, 495	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

há maiores riscos aos participantes. No entanto, tomaremos o cuidado de finalizar o estudo com participantes que demonstrem que estão tendo dificuldades em contar suas experiências e também informaremos aos participantes que poderão desistir da participação em qualquer momento do estudo. Também tomaremos cuidado quanto ao processo de transcrição, visto que alguns relatos podem expor eventos traumáticos, vamos recorrer a transcritores com treinamento específico em psicologia e áreas de saúde e nos assegurar que o relato foi apagado no computador do transcritor e as cópias sejam guardadas em segurança. O projeto será desenvolvido com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12, e atenderá as exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de Ética e Pesquisa, TCLE, confidencialidade e a privacidade dos dados. Para tanto, caso ocorra constrangimento ou desconforto durante o desenvolvimento da pesquisa aos participantes, as/os pesquisadoras/es, enquanto psicólogas/os, suspenderão a aplicação dos instrumentos de coleta de dados conforme explicitado acima e realizarão acolhimento e se necessário encaminhamento para o setor psicossocial da universidade, visando o bem-estar dos mesmos. Cumpre esclarecer que a pesquisa, através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando o mesmo ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, uma vez que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da gradação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Benefícios: As informações empíricas produzidas neste projeto científico colaborativo promoverão avanços na compreensão sobre como os estudantes amazônidas significam a sua trajetória de escolarização e vivências no ensino superior e suas transições, em relação também à sua participação e protagonismo. Será possível compreender o quanto a universidade responde as demandas desses jovens e produzir conhecimentos que contribuam para a gestão do ensino aprendizagem na educação superior. No âmbito das instituições, espera-se que os resultados desse estudo possam ser utilizados na organização de protocolos de acolhimento, atendimento e acompanhamento de estudantes com diferentes bases culturais durante sua estadia na universidade e, por exemplo, fomentando o protagonismo estudantil, com a valorização das

Endereço: Rua Teresina, 495
 Bairro: Adrianópolis
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 CEP: 69.057-070
 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

riquezas regionais e da utilização sustentável dos recursos naturais, para desenvolvimento socioeconômico e cultural comprometido com as urgências da sociedade local ao fomentar uma formação científica sensível às demandas regionais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não se aplica.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto, anuências, instrumentos e análise de dados da pesquisa, abordagem e recrutamento dos sujeitos participantes, critérios de inclusão e exclusão, riscos e benefícios, TCLE, fundamentações teóricas e metodológicas estão todos adequados e em conformidade com as resoluções 466/12 e 510/16.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de um projeto já apresentado e aprovado por este CEP. Foi incluída uma emenda que detalha todas as inclusões e alterações, devidamente pontuadas e justificadas. Por atender às exigências das resoluções 466/12 e 510/16, a emenda apresentada está aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1570125_E1.pdf	03/06/2020 00:10:21		Aceito
Outros	Emenda_com_alteracoes_e_justificativas.pdf	02/06/2020 23:58:57	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Novo_para_Professores.pdf	02/06/2020 23:56:24	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo_para_estudantes.pdf	02/06/2020 23:55:53	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	21/06/2019 03:01:23	Iolete Ribeiro da Silva	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 495
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.082.840

Folha de Rosto	Folha_de_rosto_alterada.pdf	21/06/2019 02:48:28	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudanes_PROCAD.pdf	07/06/2019 17:26:27	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Roteiro_Basico_do_Projeto_PROCAD.pdf	07/06/2019 14:39:09	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito
Outros	TERMOS_DE_ANUENCIA_E_CONCORDANCIA_INSTITUCIONAL.pdf	07/06/2019 14:30:41	Ioiete Ribeiro da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 10 de Junho de 2020

Assinado por:

**Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Teresina, 495
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com